

O Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais na Visão de seus Conselheiros

Relatório de Pesquisa

Projeto Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros

O Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais na Visão de seus Conselheiros

Relatório de Pesquisa

Projeto Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros

ipea

Governo Federal

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Ministro Wellington Moreira Franco



Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Geová Parente Farias

Diretora de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Luciana Acioly da Silva

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Alexandre de Ávila Gomide

Diretora de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Vanessa Petrelli Corrêa

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Francisco de Assis Costa

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Carlos Eduardo Fernandez da Silveira

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete

Fabio de Sá e Silva

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

Daniel Castro

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

O Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais na Visão de seus Conselheiros

Relatório de Pesquisa

Projeto Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros

ipea

FICHA TÉCNICA

A pesquisa que deu origem a este relatório foi conduzida pela Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) e contribui para o Projeto Institucionalização da Participação Social no Brasil.

O objetivo deste relatório é o de sistematizar as opiniões dos conselheiros sobre o processo participativo e decisório e a qualidade dos produtos resultantes da atuação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

Coordenação Técnica da Pesquisa

Joana Luiza Oliveira Alencar – Ipea

Igor Ferraz da Fonseca – Ipea

Redação

Uriella Coelho Ribeiro – Ipea

Equipe Técnica

Alexander Cambraia Nascimento Vaz – Ipea

Fábio de Sá e Silva – Ipea

Felix Garcia Lopez – Ipea

Gregório Bueno Benevides Rodrigues Moraes – Secretaria-Geral da Presidência da República

Isadora Cruxên – Ipea

Mateus Galetti de Araújo – Secretaria-Geral da Presidência da República

Raquel Meirelles – Ipea

Roberto Rocha C. Pires – Ipea

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS	7
LISTA DE FIGURAS	8
LISTA DE QUADROS	8
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	8
1 INTRODUÇÃO	9
2 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	10
3 O CNCD/LGBT: CONTEXTUALIZAÇÃO	12
4 DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES	16
5 QUESTÕES ABERTAS	45
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: QUESTÕES PARA DEBATE.....	47
REFERÊNCIAS ..	49
APÊNDICE.	51

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 – Situação no conselho
- Gráfico 2 – Amostra segundo setor de representação
- Gráfico 3 – Conselheiros segundo o sexo
- Gráfico 4 – Conselheiros segundo a cor/raça
- Gráfico 5 – Escolaridade dos conselheiros
- Gráfico 6 – Religião ou culto dos conselheiros
- Gráfico 7 – Faixa etária dos conselheiros
- Gráfico 8 – Conselheiros segundo renda familiar média mensal (em R\$)
- Gráfico 9 – Renda familiar média mensal por setor (em R\$)
- Gráfico 10 – Conselheiros segundo o tempo no conselho
- Gráfico 11 – Representação de outros setores dentro do conselho (anterior à representação atual)
- Gráfico 12 – Participação dos conselheiros em outros conselhos
- Gráfico 13 – Número total de conselheiros
- Gráfico 14 – Diversidade dos setores representados
- Gráfico 15 – Número de conselheiros em cada setor
- Gráfico 16 – Avaliação do número de conselheiros em cada setor, por segmento
- Gráfico 17 – Forma de escolha das entidades com assento no conselho
- Gráfico 18 – Forma de escolha dos conselheiros dentro das entidades
- Gráfico 19 – Interesses prioritários (primeira opção)
- Gráfico 20 – Grau de articulação dos conselheiros com o poder público
- Gráfico 21 – Grau de articulação dos conselheiros com a sociedade civil
- Gráfico 22 – Presença de base de apoio no exercício do mandato do conselheiro
- Gráfico 23 – Presença de base de apoio por setor
- Gráfico 24 – Frequência de contato com a base de apoio
- Gráfico 25 – Principais formas de contato com a base de apoio
- Gráfico 26 – Frequência de consulta à base de apoio para definir posicionamento
- Gráfico 27 – Frequência de consulta à base de apoio para relatar os debates/deliberações do conselho
- Gráfico 28 – Frequência de consulta à base de apoio para prestar contas sobre a atuação no conselho
- Gráfico 29 – Frequência de consulta à base de apoio para construir/fortalecer articulações
- Gráfico 30 – Frequência da correspondência entre a atuação dos conselheiros e os interesses de seu setor
- Gráfico 31 – Influência na agenda do Congresso Nacional
- Gráfico 32 – Influência da atuação do conselho nas políticas públicas da SDH/PR
- Gráfico 33 – Influência da atuação do conselho nas políticas públicas de outros ministérios com os quais o conselho se relaciona
- Gráfico 34 – Influência do conselho nas iniciativas da sociedade civil
- Gráfico 35 – Influência do conselho nas iniciativas do setor privado
- Gráfico 36 – Influência do conselho na percepção da opinião pública sobre o tema
- Gráfico 37 – Compreensão dos assuntos tratados no conselho
- Gráfico 38 – Compreensão da linguagem utilizada nas reuniões
- Gráfico 39 – Atuação do poder público
- Gráfico 40 – Atuação da sociedade civil
- Gráfico 41 – Secretaria Executiva do CNCD/LGBT
- Gráfico 42 – Meios de divulgação e comunicação
- Gráfico 43 – Regimento interno e resoluções
- Gráfico 44 – Presidência do CNCD/LGBT
- Gráfico 45 – Plenárias
- Gráfico 46 – Principais dificuldades e obstáculos enfrentados atualmente pelo conselho

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Amostra de conselhos e comissões

Quadro 2 – Composição do CNCD/LGBT

Quadro 3 – Resumo do perfil dos conselheiros do CNCD/LGBT

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição dos conselheiros por município

Tabela 2 – Atuação em conselhos fora do CNCD/LGBT

Tabela 3 – Pontos fortes do CNCD/LGBT

Tabela 4 – Sugestões de melhoria na atuação do CNCD/LGBT

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – Distribuição geográfica dos conselheiros do CNCD/LGBT

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Conade – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência

CDDPH – Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana

CNDI – Conselho Nacional dos Direitos do Idoso

CNCD/LGBT – Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

Conanda – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

GERTRAF – Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado

CEMDP – Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos

CNEDH – Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos

Diest – Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

POF – Pesquisa de Orçamentos Familiares

SDH/PR – Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

1 INTRODUÇÃO

O Ipea, em parceria com a Secretaria-Geral da Presidência da República, estabeleceu o tema da participação social e do diálogo com a sociedade como central em sua agenda de estudos. Dado o recente fortalecimento das relações entre sociedade civil e Estado, por meio de ampliação e diversificação dos canais de participação – como conselhos, comissões, conferências, audiências públicas e ouvidorias –, o instituto considera fundamental conhecer estes espaços democráticos, a fim de contribuir na criação de condições para seu aprimoramento.

Os conselhos de políticas públicas são aqui entendidos como espaços públicos vinculados a órgãos do Poder Executivo e têm por finalidade permitir a participação da sociedade na definição de prioridades para a agenda política, bem como na formulação, no acompanhamento e no controle das políticas públicas. São constituídos em âmbito nacional, estadual e municipal. Além disso, é importante ressaltar que eles permitem a inserção de novos temas e atores sociais na agenda política.

Hoje, existem conselhos nas diversas áreas de políticas públicas e níveis da Federação. O presente relatório compõe a série *Conselhos Nacionais: perfil, atuação e visão dos conselheiros* e, integrando o Projeto Institucionalização da Participação Social no Brasil – conduzido pela Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea –, se propõe a estudar os conselhos de âmbito nacional. O número desses conselhos aumentou consideravelmente desde o início da década de 1990 – de 1930 a 1989 foram criados cinco conselhos nacionais, já de 1990 a 2009 foram criados 26 conselhos nacionais (IPEA, 2010), fato diretamente relacionado à difusão da ideia de participação nas políticas públicas pós-Constituição Federal de 1988 (CF/88). Como consequência, a quantidade de cidadãos que passou a participar da construção das políticas por meio desses espaços é significativa, o que requer mudanças na forma de o Estado gerir as políticas públicas; mudanças que pressupõem, necessariamente, o conhecimento acerca de quem participa e como funcionam esses espaços.

Os objetivos da pesquisa, na tentativa de criar subsídios para a compreensão do funcionamento dessas instituições, são:

- traçar o perfil dos conselheiros dos conselhos nacionais de políticas públicas;
- analisar como avaliam sua própria atuação;
- investigar como avaliam o trabalho do conselho; e
- investigar como percebem a influência do conselho.

Utilizou-se, para alcançar esses objetivos, um questionário padrão (apêndice), aplicado em 21 conselhos nacionais e em três comissões (cujas características similares às dos conselhos as incluíram na amostra). O questionário foi elaborado em função dos objetivos acima, quais sejam: perfil, atuação, avaliação de estruturas e avaliação de impactos.

O presente relatório contém a sistematização das respostas dos conselheiros do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas,

Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT). Tais informações constituem um diagnóstico do conselho na visão de seus próprios conselheiros. Os relatórios, que também serão entregues a outros conselhos, têm por finalidade oferecer informações básicas que contribuam para o aperfeiçoamento do processo democrático e decisório no colegiado.

As seções seguintes do relatório são constituídas por:

- descrição da metodologia da pesquisa e das atividades realizadas;
- contextualização do CNCD/LGBT, com breve histórico do conselho, seguido da descrição de suas competências, sua composição, sua estrutura e suas ferramentas de atuação junto às políticas públicas;
- descrição dos dados coletados por meio do questionário padrão – questões fechadas e abertas; e
- considerações finais e algumas questões para debate identificadas a partir das respostas dos conselheiros com o intuito de contribuir para o aperfeiçoamento e o fortalecimento do processo decisório e participativo do conselho.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa foi dividida em duas fases. A primeira fase consistiu em coletar e sistematizar informações sobre os principais conselhos de âmbito nacional por meio de aplicação de questionário padrão estruturado com 28 questões (apêndice), divididas em três blocos:

- Bloco 1: perfil dos cidadãos que atuam como conselheiros;
- Bloco 2: forma de atuação do conselheiro; e
- Bloco 3: funcionamento do conselho.

O objetivo dessa fase – da qual este relatório é o produto final – foi analisar separadamente cada conselho nacional e apresentar aos conselheiros um relatório descritivo contendo as informações específicas do conselho do qual pertencem. Cada um dos conselhos nos quais foi possível a aplicação do questionário em uma quantidade significativa de conselheiros – mais de 50% do número de questionários em relação ao número de titulares no conselho – receberá de volta um relatório como este, contendo a descrição das informações coletadas.

A segunda fase tem por objetivo analisar, de forma agregada e comparada, os 21 conselhos e as três comissões que compõem a amostra da pesquisa (quadro 1). A ideia é fornecer um diagnóstico inédito e abrangente sobre os conselhos nacionais de políticas públicas. Este diagnóstico será constituído pela análise do perfil dos conselheiros nacionais, pela identificação de características do funcionamento dessas instituições que podem influenciar na eficiência e na eficácia democrática e, por fim, pela avaliação do papel e da influência dos conselhos nacionais nas políticas públicas brasileiras.

Os conselhos e as comissões que compõem a amostra foram selecionados de acordo com critérios específicos, já expressos anteriormente por Ipea (2010, p. 572), de forma que inclui:

- conselhos considerados centrais em suas áreas de políticas públicas – excluem-se, assim, os conselhos auxiliares e complementares na execução de políticas, como conselhos curadores e conselhos gestores de fundos;
- conselhos que tenham necessariamente a presença de sociedade civil em sua composição; e
- conselhos criados por ato normativo de abrangência ampla – decreto presidencial ou lei promulgada pelo Congresso Nacional (CN).

Segue na sequência o quadro 1, com a amostra inicial da pesquisa.

QUADRO 1

Amostra de conselhos e comissões

Número	Conselho	Sigla	Órgão vinculado	Membros titulares	Questionários respondidos
1	Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana	CDDPH	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	13	6
2	Conselho Nacional de Assistência Social	CNAS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	18	19
3	Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais	CNCD/LGBT	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	30	29
4	Conselho Nacional dos Direitos do Idoso	CNDI	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	28	16
5	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	CNDM	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	44	17
6	Conselho Nacional de Economia Solidária	CNES	Ministério do Trabalho e Emprego	56	34
7	Conselho Nacional de Política Cultural	CNPC	Ministério da Cultura	52	25
8	Comissão Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais	CNPCT	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	30	19
9	Comissão Nacional de Política Indigenista	CNPI	Ministério da Justiça	35	16
10	Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial	CNPIR	Secretaria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial	44	34
11	Conselho Nacional da Previdência Social	CNPS	Ministério da Previdência Social	15	15
12	Conselho Nacional de Recursos Hídricos	CNRH	Ministério do Meio Ambiente	57	47
13	Conselho Nacional de Saúde	CNS	Ministério da Saúde	48	62
14	Conselho Nacional de Turismo	CNT	Ministério do Turismo	69	43
15	Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência	Conade	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	38	23
16	Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil	Conaeti	Ministério do Trabalho e Emprego	31	25
17	Conselho Nacional do Meio Ambiente	Conama	Ministério do Meio Ambiente	106	79
18	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente	Conanda	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	29	24
19	Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca	Conape	Ministério da Pesca e Aquicultura	54	35
20	Conselho Nacional de Segurança Pública	CONASP	Ministério da Justiça	48	36
21	Conselho das Cidades	Concidades	Ministério das Cidades	86	55
22	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável	CONDRAF	Ministério do Desenvolvimento Agrário	38	28
23	Conselho Nacional de Juventude	Conjuve	Secretaria-Geral da Presidência da República	60	40
24	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	Consea	Secretaria-Geral da Presidência da República	57	40

Fonte: Dados da pesquisa.

Elaboração dos autores.

A partir dos critérios selecionados, 27 conselhos nacionais e três comissões foram incluídos nesta pesquisa. A aplicação dos questionários ocorreu com sucesso em 21 conselhos e em três comissões. Não foi possível a aplicação dos questionários nos seguintes conselhos: Conselho

Nacional de Educação; Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia; Conselho Nacional do Esporte; Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção; Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas; e Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

Por fim, foram obtidas 707 respostas de conselheiros e 60 de membros de comissão, totalizando 767 questionários respondidos. No CNCD/LGBT, o questionário foi aplicado durante a segunda reunião ordinária, realizada entre os dias 19 e 20 de maio de 2011, no Auditório da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), localizado no Edifício Parque Cidade Corporate em Brasília, Distrito Federal. No início da reunião, os conselheiros foram informados sobre a aplicação do questionário e os objetivos da pesquisa. Foi adotada uma metodologia híbrida para a aplicação dos questionários, compreendendo duas etapas. A primeira e mais efetiva em termos de volume de retorno deu-se por meio da entrega dos questionários para cada conselheiro antes do início da reunião. Os questionários foram recolhidos pela equipe do Ipea tanto durante a reunião quanto ao término da plenária.

A segunda etapa, de caráter complementar, previa o envio do questionário a ser preenchido virtualmente, a partir do recebimento do arquivo por *e-mail*. A adoção de estratégia híbrida para o preenchimento do questionário (presencial e por *e-mail*) mostrou-se satisfatória, pois contribuiu para elevar o retorno de questionários. No CNCD/LGBT, 29 conselheiros responderam ao questionário, entre titulares e suplentes.

Após a coleta dos questionários, os mesmos foram tabulados e incluídos em banco de dados com o auxílio do *software* Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), o qual servirá posteriormente para efetuar as análises comparativas entre conselhos. A tabulação dos dados constitui a principal fonte que sustenta as informações e as conclusões apresentadas neste relatório descritivo. Além disso, foi feita uma caracterização do conselho utilizando trabalhos que abordaram a temática do CNCD/LGBT e a legislação do conselho.

3 O CNCD/LGBT: CONTEXTUALIZAÇÃO

O CNCD/LGBT foi criado pelo Decreto nº 3.952, de 4 de outubro de 2001, no âmbito do Ministério da Justiça (MJ). O conselho foi instituído para atuar na proposição e no acompanhamento de políticas públicas envolvidas na defesa dos direitos sociais e individuais de vítimas de discriminação racial ou outra forma de intolerância. Em 2005, de acordo com o Decreto nº 5.397, de 22 de março de 2005, o conselho passa a ser vinculado à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, que oferece apoio e suporte administrativo ao mesmo.

A criação do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPiR) – criado pela Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003 – mudou, de algum modo, o perfil do CNCD/LGBT, que era, desde sua criação, focado na questão étnico-racial. Desde então, o conselho passou a vivenciar uma atuação mais forte de setores organizados que lutam pelo reconhecimento dos direitos de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros – LGBTs (RODRIGUES e GOMES, 2006). Em 2005, mais especificamente, a estrutura regimental do CNCD/LGBT foi atualizada por meio do Decreto nº 5.397, de 22 de março, passando a englobar de forma explícita a participação de membros da população LGBT.

Com as políticas voltadas para a promoção da igualdade racial e para a população indígena sendo monitoradas por outras instâncias participativas, respectivamente o CNPIR e a Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), o governo, por meio do Decreto nº 7.388, de 9 de dezembro de 2010, institui nova competência e estrutura ao CNCD/LGBT, para atender, uma demanda histórica do movimento LGBT brasileiro, com a finalidade de potencializar as políticas públicas para a população LGBT. Atualmente, o CNCD/LGBT tem como finalidade a formulação e a proposição de diretrizes de ação governamental, em âmbito nacional, voltadas ao combate contra a discriminação e a promoção e defesa dos direitos de LGBTs.

3.1 Breve histórico

A CF/88 é, sem dúvidas, um marco importante para os rumos das políticas sociais e para as formas de interação entre Estado e sociedade no Brasil, uma vez que um conjunto de grupos organizados incluiu emendas para a nova CF que determinam uma participação da sociedade civil na gestão e no controle de políticas sociais (AVRITZER, 2002; DAGNINO, 2002). Tais emendas impulsionaram a criação de “instituições híbridas”,¹ espaços de ações compartilhadas entre Estado e sociedade, ancoradas na expectativa na qual estas arenas democratizariam os processos políticos e, ao mesmo tempo, aumentariam a eficácia dos resultados (TATAGIBA, 2002).

Na década de 1990, o Brasil vivenciou a criação de diversos conselhos municipais, estaduais e federais e de experiências municipais de orçamento participativo. Entre eles, diversos podem ser classificados como “conselho de direitos”, baseados em diretrizes de tratados do sistema internacional de proteção e promoção dos direitos humanos (MEDEIROS, 2004). A partir de uma ação coordenada pelo MJ em 1996, foi lançado o Programa Nacional de Direitos Humanos, com o objetivo de acoplar demandas da sociedade brasileira relacionadas à promoção e à proteção de direitos humanos. No mesmo ano, foi criada a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, que, em 2003, passou a ser vinculada à Presidência da República e a se chamar Secretaria Especial de Direitos Humanos, atualmente conhecida como SDH.

A SDH foi acompanhada pela criação de diversos conselhos, com o objetivo de articular o Estado com a sociedade, agrupando na composição deles diferentes segmentos sociais e, por conseguinte, um conjunto diverso de demandas e reivindicações. Atualmente, a SDH tem em sua estrutura básica os seguintes conselhos: o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH); o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI); o CNCD/LGBT; o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda); e o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade). Ela ainda conta com o Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado (GERTRAF), a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos (CEMDP) e o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH).²

1. Esses novos espaços foram denominados de “instituições híbridas”, um conceito cunhado por Avritzer e Pereira (2005) para designar um conjunto de formas de participação ampliada que emergem no país na década de 1990; entre as quais, são destacadas as experiências de orçamento participativo e dos conselhos. O hibridismo é caracterizado pelo compartilhamento de processos deliberativos entre atores sociais e atores estatais.

2. Informações sobre a estrutura organizativa da SDH estão disponíveis em: <<http://www.sedh.gov.br/clientes/sedh/sedh/conselho>>.

A SDH assumiu a defesa dos direitos da população negra, de indígenas e de LGBTs, desde o lançamento do Programa Nacional dos Direitos Humanos em 1996, e seus conselhos trabalham com estas temáticas. Diante da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata – realizada em Durban, na África do Sul, em 2001 –, a SDH reconheceu a luta dos movimentos e passou a incluir um representante de cada segmento no comitê de preparação da participação brasileira na conferência. O CNCD/LGBT, por sua vez, foi criado a fim de garantir a permanência do debate em prol de políticas públicas para a promoção e a inclusão de grupos socialmente vulneráveis, por meio do Decreto nº 3.952, de 4 de outubro de 2001.

Em 2004, por meio de um trabalho conjunto entre o CNCD, LGBT e entidades organizadas da sociedade civil, foi lançado o Programa Brasil sem Homofobia, que propõe a inclusão da perspectiva da não discriminação por orientação sexual e identidade de gênero e de promoção dos direitos humanos de LGBTs, nas políticas públicas e nas estratégias de governo a serem implantadas (parcial ou integralmente) transversalmente por seus diferentes ministérios e secretarias (BRASIL, 2011b).

Caminhando na direção do fortalecimento da temática LGBT dentro do conselho, em 2005, a estrutura regimental do CNCD/LGBT, atualizada por meio do Decreto nº 5.397, de 22 de março, passou a englobar de forma explícita a participação de membros da população LGBT. Nesta crescente, em 2010, por meio do Decreto nº 7.388, de 9 de dezembro de 2010, o governo federal instituiu nova competência e estrutura ao CNCD/LGBT, para atender a uma demanda histórica do movimento LGBT brasileiro e com a finalidade de potencializar as políticas públicas para a população LGBT. O conselho, agora chamado de CNCD/LGBT, passa a ter como finalidade a formulação e a proposição de diretrizes de ação governamental, em âmbito nacional, voltadas ao combate contra a discriminação e a promoção e defesa dos direitos de LGBTs.

3.2 Finalidades e competências

De acordo com o seu regimento interno, o CNCD/LGBT tem por função a formulação e a proposição de diretrizes de atuação governamental, em âmbito nacional, voltadas ao combate contra a discriminação e a promoção e defesa dos direitos de LGBTs. Ao conselho compete participar na elaboração de critérios e parâmetros de ação governamental, assim como compete a revisão e o monitoramento de ações, prioridades, prazos e metas do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNLGBT). Os conselheiros têm que acompanhar, analisar e apresentar sugestões em relação à execução de programas e ações diversas do governo, visando à promoção da população LGBT. O conselho também deve apresentar sugestões para elaboração do planejamento plurianual, estabelecimento de diretrizes orçamentárias e alocação de recursos no orçamento anual do governo federal, visando à implantação do PNLGBT, e apresentação de sugestões e aperfeiçoamentos sobre projetos de lei que tenham implicações sobre os direitos e a cidadania da população LGBT.

No âmbito do fortalecimento e do fomento à participação em torno da temática, de acordo com seu regimento interno, ao conselho compete: a participação na organização das conferências nacionais para a construção de políticas públicas para a população LGBT; a articulação com outros conselhos; e fomentar a participação e a criação de conselhos e secretarias municipais e estaduais.

3.3 Composição

O CNCD/LGBT é composto paritariamente por 30 membros do poder público e da sociedade civil. Para representar o poder público, participam membros de diversos órgãos do governo federal. Os 15 representantes da sociedade civil, por sua vez, são indicados por entidades sem fins lucrativos, selecionadas por meio de processo seletivo público, e:

- a) voltadas à promoção e à defesa de direitos da população LGBT;
- b) pertencentes à comunidade científica, que desenvolvem estudos ou pesquisas sobre a população LGBT;
- c) nacionais, de natureza sindical ou não, que congreguem trabalhadores ou empregadores, com atuação na promoção, na defesa ou na garantia de direitos da população LGBT; e
- d) de classe, de caráter nacional, com atuação na promoção, na defesa ou na garantia de direitos da população LGBT.

QUADRO 2

Composição do CNCD/LGBT (2011-2012)

Número de cadeiras	Entidade/órgão representado
1	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR)
1	Casa Civil
1	Secretaria-Geral da Presidência da República
1	Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República (SPM/PR)
1	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR/PR)
1	Ministério da Saúde (MS)
1	Ministério da Justiça (MJ)
1	Ministério da Educação (MEC)
1	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)
1	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)
1	Ministério da Cultura (MinC)
1	Ministério da Previdência Social (MPS)
1	Ministério do Turismo (MTur)
1	Ministério das Relações Exteriores (MRE)
1	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)
1	Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL)
2	Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros (Antra)
1	Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH)
3	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT)
1	Central de Movimentos Populares (CMP)
1	Central Única dos Trabalhadores (CUT)
1	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)
1	Conselho Federal de Psicologia (CFP)
1	Grupo E-Jovem de Adolescentes Gays, Lésbicas e Aliados
1	Liga Brasileira de Lésbicas (LBL)
1	Rede Nacional de Negras e Negros LGBT – Rede Afro LGBT

Fonte: Brasil ([s.d.]).

Elaboração dos autores.

Ainda podem participar das reuniões do conselho, sem direito a voto, um representante de cada um dos seguintes órgãos: Ministério Público Federal; Ministério Público do Trabalho; Magistratura Federal; e Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. Cada participante tem um suplente, que o substituirá em suas ausências e em seus impedimentos eventuais, e a sua atuação não é remunerada.

3.4 Organização

De acordo com o regimento interno, o CNCD/LGBT possui a seguinte organização funcional: Plenário; Secretaria Executiva; e câmaras técnicas e grupos de trabalho. O Plenário do CNCD/LGBT é o fórum de deliberação plena e conclusiva, reunido ordinária e extraordinariamente, com participação de seus conselheiros e convidados. A Secretaria Executiva, por sua vez, presta todo o apoio administrativo, técnico e logístico ao Plenário, às câmaras técnicas e aos grupos de trabalho, tomando as providências necessárias para o pleno funcionamento do conselho.

As câmaras técnicas, permanentes ou temporárias, são organizadas para fundamentar as deliberações do conselho, por meio de estudos sobre matérias em debate. O CNCD/LGBT tem três câmaras técnicas permanentes. São elas: a Câmara Técnica de Articulação Institucional, Planejamento, Orçamento e Monitoramento do PNLGBT; a Câmara Técnica de Legislação e Normas; e a Câmara Técnica de Monitoramento, Prevenção e Combate à Violência contra a População LGBT.

Os grupos de trabalho são montados pelas câmaras técnicas, para analisar, estudar e apresentar propostas sobre matérias em debate e fornecer subsídios de ordem política, técnica, administrativa, econômico-financeira e jurídica.

A Presidência e a Vice-presidência do CNCD/LGBT são alternadas entre as representações do poder público e da sociedade civil. O presidente e o vice-presidente são escolhidos pelos membros titulares, na primeira reunião de cada ano, para cumprirem mandato de um ano. No primeiro mandato, a Presidência será exercida pelo representante do poder público e a Vice-presidência pelo representante da sociedade civil. A Presidência do CNCD/LGBT conduz as plenárias e representa o conselho.

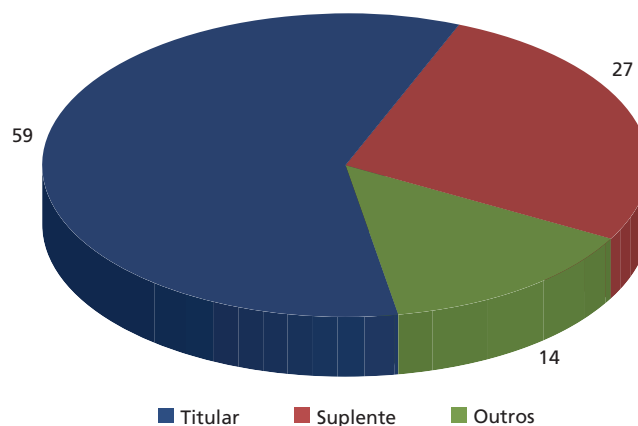
4 DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Descrevem-se aqui as informações obtidas por meio da sistematização dos dados coletados com a utilização do questionário (apêndice) no CNCD/LGBT. A descrição é dividida em três blocos que expressam: o perfil dos cidadãos que atuam como conselheiros; a percepção deles a respeito da forma de atuação dos conselheiros; e sua percepção sobre o funcionamento do conselho. As informações são apresentadas na forma de gráficos seguidos de parágrafos explicativos.

Inicialmente, se verificou a distribuição do preenchimento do questionário por situação no conselho (se titular ou suplente): o gráfico 1 expressa a quantidade de conselheiros titulares e suplentes que responderam ao questionário.

Conforme se pode observar, 59% dos conselheiros que responderam aos questionários são conselheiros titulares do CNCD/LGBT, enquanto 27% são suplentes e 14% declararam não ser nem um nem outro, embora integrem entes membros do conselho.

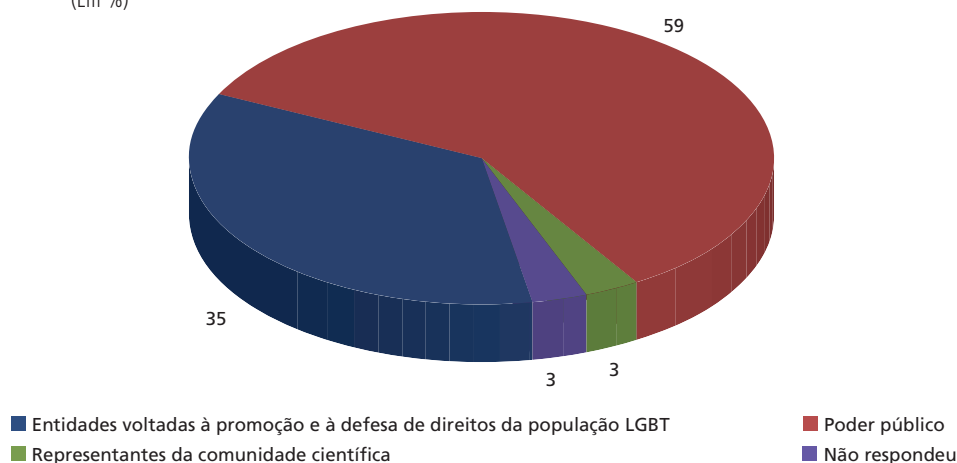
GRÁFICO 1
Situação no conselho
(Em %)



Fonte: Dados da pesquisa.
Elaboração dos autores.

O gráfico 2 nos oferece a distribuição percentual dos conselheiros segundo o setor de representação. Como é possível perceber, entre os conselheiros que compõem a amostra, 38% pertencem à sociedade civil (entidades voltadas à promoção e à defesa de direitos da população LGBT e representantes da comunidade científica) e 59% pertencem a instituições do poder público. Esta pesquisa, portanto, teve uma pequena sobrerrepresentação de respondentes do poder público, uma vez que a composição do CNCD/LGBT atribui 50% das vagas para membros da sociedade civil e a mesma quantidade para representantes do poder público.

GRÁFICO 2
Amostra segundo o setor de representação
(Em %)



Fonte: Dados da pesquisa.
Elaboração dos autores.

4.1 Bloco 1: perfil dos conselheiros

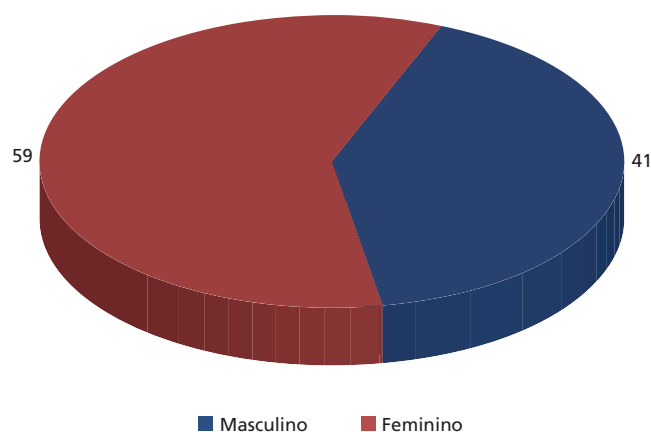
Este bloco apresenta o perfil dos conselheiros que participaram da pesquisa. Os dados mostram a caracterização dos conselheiros no que se refere a sexo, cor, escolaridade, religião, faixa etária, renda, município de residência, tempo que atua como conselheiro e informações sobre possível atuação em outros conselhos.

4.1.1 Distribuição dos conselheiros por sexo

GRÁFICO 3

Conselheiros segundo o sexo

(Em %)



Fonte: Dados da pesquisa.

Elaboração dos autores.

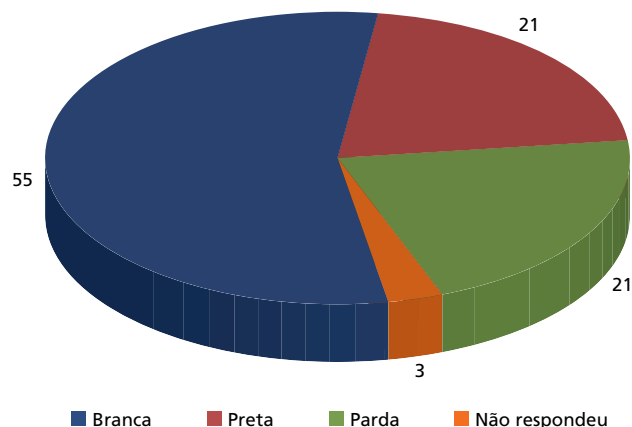
De acordo com os dados da pesquisa, o CNCD/LGBT é composto por uma maioria de representantes do sexo feminino (59%). Os homens, por seu turno, representam 41% dos respondentes. É importante reconhecer que esse conselho oferece mais oportunidades para a participação feminina que o Parlamento brasileiro, por exemplo, onde a representação feminina corresponde a menos de 10% das cadeiras – 43 parlamentares do sexo feminino e 470 do sexo masculino (BRASIL, 2011a). Na segunda fase desta pesquisa, quando se trabalhará com os dados agregados dos conselhos nacionais, será possível ter uma ideia de como se dá a distribuição de vagas por sexo nos conselhos de forma geral.

4.1.2 Conselheiros segundo a cor/raça

GRÁFICO 4

Conselheiros segundo a cor/raça

(Em %)



Fonte: Dados da pesquisa.

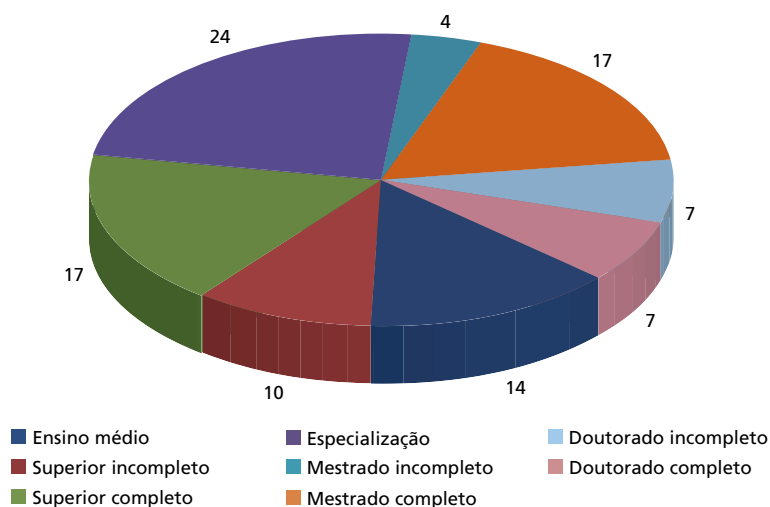
Elaboração dos autores.

Tal qual demonstra o gráfico 4, o CNCD/LGBT é composto predominantemente por conselheiros que se declaram de cor branca (55%). Dos demais, 21% se consideram pardos; 21%, pretos; e 3% não responderam à questão.

As opções de cor disponíveis nessa questão foram baseadas na tipologia adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Censo 2010 e incluíam: branca, preta, parda, amarela e indígena. Apesar de estas cinco categorias utilizadas pelo IBGE serem, por vezes, alvo de críticas, o IBGE considera que elas ajudam a construir um papel legitimador das representações sobre os diversos grupos étnico-raciais que convivem no Brasil (IBGE, 2008, p. 12). Além disso, “os termos propostos (..) foram pensados como totalmente descritivos, sem nenhuma ideia de que eles servissem como forma de identificação dos grupos” (SCHWARTZMAN, 1998).

4.1.3 Escolaridade dos conselheiros

GRÁFICO 5
Escolaridade dos conselheiros
(Em %)



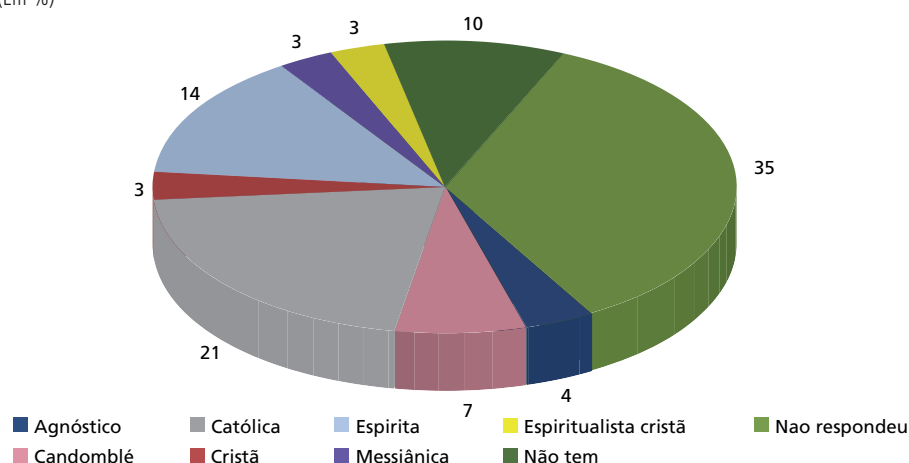
Fonte: Dados da pesquisa.
Elaboração dos autores.

A média de escolaridade do brasileiro com 25 anos de idade ou mais, medida pelo IBGE em 2009, é de 7,1 anos de estudo, o que significa uma escolaridade que não alcança a conclusão do ensino fundamental (IBGE, 2010a, p. 50). O gráfico 5 revela a distribuição dos conselheiros do CNCD/LGBT quanto à escolaridade. Todos os conselheiros que responderam aos questionários possuem pelo menos o ensino médio completo, 76% têm pelo menos o ensino superior completo e 59% possuem algum tipo de especialização ou pós-graduação, o que revela uma média de escolaridade superior à média nacional.

4.1.4 Religião dos conselheiros

Pode-se observar, de acordo com o gráfico 6, qual é religião ou culto dos conselheiros do CNCD/LGBT. Utilizaram-se a terminologia e o tipo de pergunta adotada no Censo do IBGE: “qual sua religião ou culto?”. Dessa forma, evitou-se o uso de uma grande lista de respostas possíveis, o que poderia deixar de incluir algum grupo religioso. A partir das respostas abertas a esta pergunta, foram delimitadas as categorias dispostas no gráfico 6.

GRÁFICO 6
Religião ou culto dos conselheiros
 (Em %)

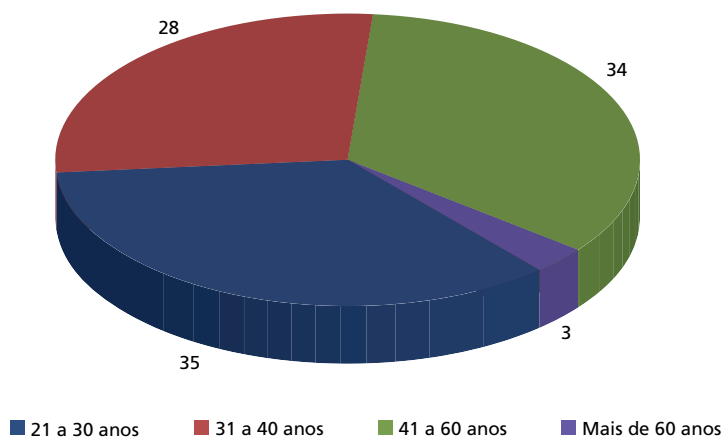


Fonte: Dados da pesquisa.
 Elaboração dos autores.

Por motivos desconhecidos pela pesquisa, 35% dos participantes optaram por não declarar sua religião ou culto. Entre aqueles que responderam à questão, é possível observar a diversidade de cultos e crenças que perpassam a população brasileira como um todo, refletindo a diversidade cultural do país e a predominância de conselheiros que se declaram da religião católica (21%). Entre os demais, 14% declaram ser da religião espírita e 10% declaram não participar de nenhum culto religioso.

4.1.5 Faixa etária dos conselheiros

GRÁFICO 7
Faixa etária dos conselheiros
 (Em %)



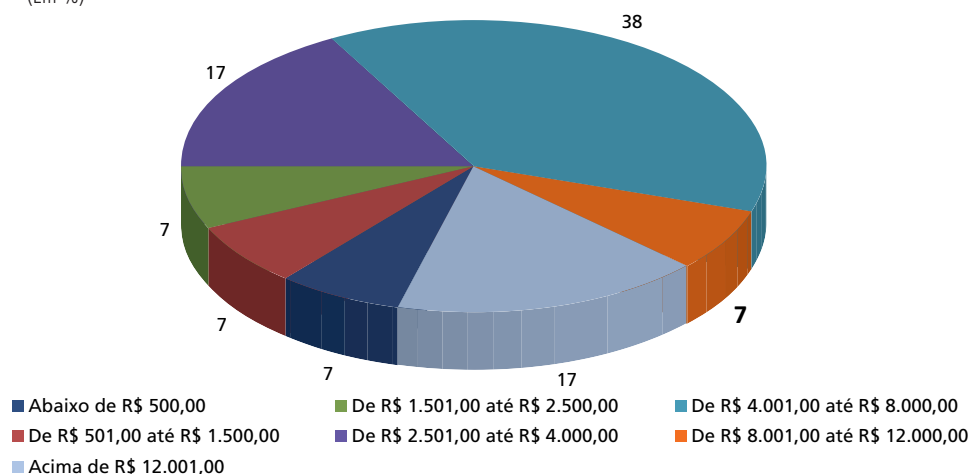
Fonte: Dados da pesquisa.
 Elaboração dos autores.

Em relação à faixa etária, observa-se, no gráfico 7, que existe no CNCD/LGBT uma distribuição parecida entre três faixas etárias: 35% dos conselheiros declararam ter entre 21 e 30 anos, 34% afirmaram ter entre 41 e 60 anos, 28% disseram ter entre 31 e 40 anos, enquanto 3% declararam possuir mais de 60 anos.

4.1.6 Renda familiar média mensal dos conselheiros

A renda mensal familiar foi mensurada por meio de faixas de renda. De acordo com o gráfico 8, 21% dos conselheiros declararam ter renda familiar mensal média de até R\$ 2.500,00. Os demais possuem uma renda familiar acima da média nacional (IBGE, 2010b). Destes, 17% possuem renda entre R\$ 2.501,00 e R\$ 4 mil e 38% entre R\$ 4.001,00 e R\$ 8 mil. Sete por cento dos conselheiros declararam ter renda mensal maior que R\$ 8 mil e menor que R\$ 12 mil e 17% declaram ter renda acima de R\$ 12 mil.

GRÁFICO 8
Conselheiros segundo a renda familiar média mensal
(Em %)

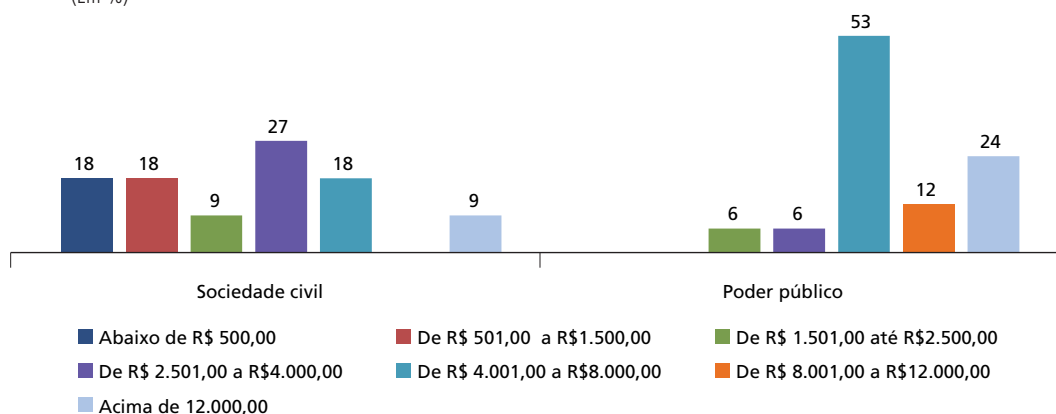


Fonte: Dados da pesquisa.
Elaboração dos autores.

Renda familiar mensal por segmento

Analisando-se a renda média mensal (em números absolutos) por setor de representação, é possível perceber que o setor da sociedade civil apresenta maior variação de renda e os menores níveis de renda em relação ao poder público. De acordo com o gráfico 9, é possível perceber que, entre os representantes do poder público, a maioria recebe entre R\$ 4.001,00 e R\$ 8 mil (53%). Vinte e quatro por cento declararam receber acima de R\$ 12 mil e 12% possuem renda entre R\$ 8.001,00 e R\$ 12 mil.

GRÁFICO 9
Renda familiar média mensal por setor
(Em %)



Fonte: Dados da pesquisa.

Elaboração dos autores.

4.1.7 Município/Unidade da Federação (UF) de residência dos conselheiros

De modo a obter uma melhor representação espacial da distribuição dos conselheiros no país, foi feito um mapa demonstrativo (mapa 1). Neste, os círculos indicam os municípios de residência e seu tamanho reflete a proporção de conselheiros que indicaram residir nestes locais. O detalhamento dos nomes dos municípios e a frequência de resposta para cada um podem ser encontrados na tabela.

MAPA 1
Distribuição geográfica dos conselheiros do CNCD/LGBT



Fonte: Dados da pesquisa.

Elaboração dos autores.

Pode-se observar que no CNCD/LGBT existem conselheiros de todas as regiões do país: Centro-Oeste, Norte, Nordeste, Sudeste e Sul. A maior concentração de conselheiros

está na região Centro-Oeste, com destaque para Brasília, onde residem 15 conselheiros. Entre os demais, seis conselheiros residem na região Nordeste, cinco são da região Sudeste, dois são da região Norte e apenas um mora na região Sul do país.

TABELA 1
Distribuição dos conselheiros por município

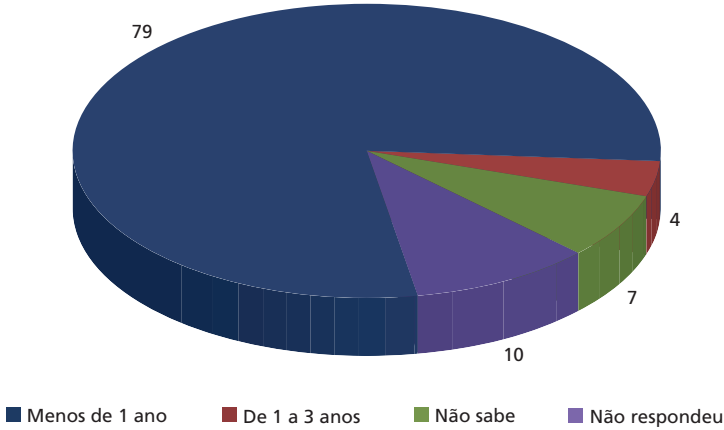
Município/UF de residência	Frequência
Brasília - DF	15
Recife - PE	3
Salvador - BA	3
São Paulo - SP	2
Belém - PA	1
Belo Horizonte - MG	1
Campinas - SP	1
Curitiba - PR	1
Porto Alegre - RS	1
Rio de Janeiro - RJ	1
Total	29

Fonte: Dados da pesquisa.
Elaboração dos autores.

4.1.8 Conselheiros segundo o tempo no conselho

Observa-se, no gráfico 10, que a grande maioria dos conselheiros está no CNCD/LGBT a menos de um ano (79%) e 4% estão no conselho entre um e três anos. Dez por cento optaram por não responder à pergunta e 7% marcaram a opção “não sabe”.

GRÁFICO 10
Conselheiros segundo o tempo no conselho
(Em %)



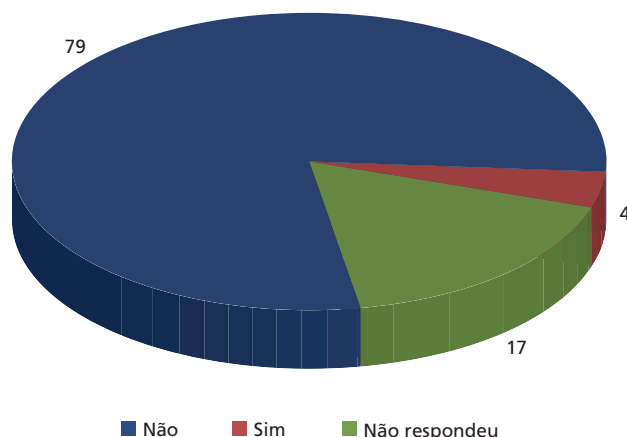
Fonte: Dados da pesquisa.
Elaboração dos autores.

4.1.9 Representação de outros setores dentro do conselho

GRÁFICO 11

Representação de outros setores dentro do conselho (anterior à representação atual)

(Em %)



Fonte: Dados da pesquisa.
Elaboração dos autores.

O gráfico 11 mostra que apenas 4% dos conselheiros afirmaram haver representado outros setores dentro do conselho, antes da representação atual. A maioria dos conselheiros que participaram da pesquisa representou apenas um setor durante seus mandatos (79%) e 17% não responderam à questão. Esta não representação de outros setores já era esperada, na medida em que, de acordo com o gráfico 10, 79% dos conselheiros, no momento da pesquisa, exerciam o primeiro ano de mandato.

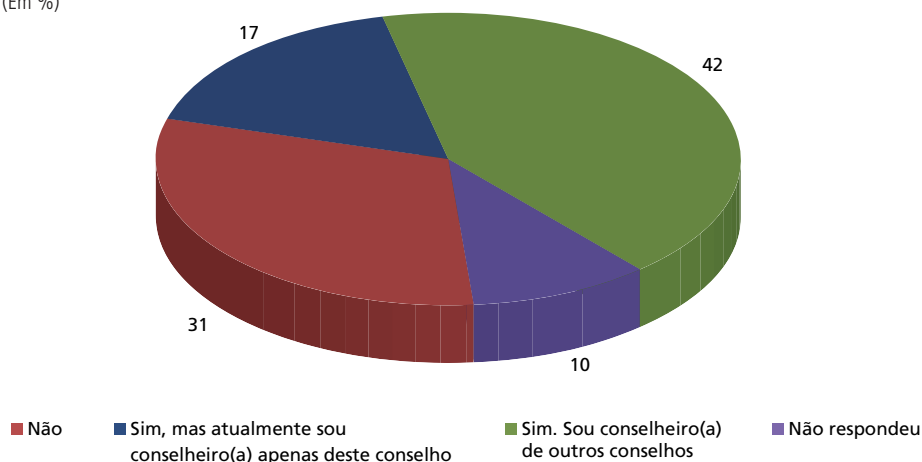
4.1.10 Atuação em outros conselhos

O gráfico 12 apresenta as respostas à indagação sobre se o conselheiro participa atualmente ou se já participou de outros conselhos além do CNCD/LGBT.

GRÁFICO 12

Participação dos conselheiros em outros conselhos

(Em %)



Fonte: Dados da pesquisa.
Elaboração dos autores.

Trinta e um por cento dos conselheiros disseram não participar ou não terem participado de outros conselhos, ao passo que 59% dos respondentes já foram (17%) ou ainda são (42%) conselheiros de outros conselhos. Conforme é possível observar na tabela 2, os respondentes também especificaram o nível da Federação a que pertencia o outro conselho. Entre eles, nove possuem apenas experiência com conselhos municipais, quatro com conselhos estaduais e dois com conselhos nacionais. Dois apontam que atuam ou já atuaram em conselhos municipais e estaduais.

TABELA 2
Atuação em conselhos fora do CNCD/LGBT

Tipo de conselho	Quantidade de conselheiros
Apenas conselho nacional	2
Apenas conselho estadual	4
Apenas conselho municipal	9
Conselhos nacional e estadual	-
Conselhos nacional e municipal	-
Conselhos estadual e municipal	2
Conselhos nacional, estadual e municipal	-
Total	17

Fonte: Dados da pesquisa.
Elaboração dos autores.

QUADRO 3
Resumo do perfil dos conselheiros do CNCD/LGBT

Sexo	59% do sexo feminino e 41% do sexo masculino
Cor/raça	55% dos conselheiros se declaram de cor branca; 21%, parda; 21%, preta; e 3% não responderam à questão
Escolaridade	14% têm ensino médio, 10% têm superior incompleto, 17% têm superior completo e 59% têm especialização ou pós-graduação
Religião ou culto	35% não responderam à questão, 21% são católicos, 14% são espíritas e 10% não têm religião
Faixa etária	35% situam-se entre 21 e 30 anos, 34% situam-se entre 41 e 60 anos e 28% situam-se entre 31 a 40 anos
Renda mensal média familiar	21% têm renda familiar mensal média de até R\$ 2.500,00; 17%, entre R\$ 2.501,00 e R\$ 4 mil; 38%, entre R\$ 4.001,00 e R\$ 8 mil; 7%, entre R\$ 8 mil e R\$ 12 mil; e 17%, acima de R\$ 12 mil
Tempo no conselho	79% estão a menos de um ano, 4% estão entre um e três anos, 7% marcaram a opção “não sabe” e 10% não responderam à questão
Representação anterior de outros setores dentro do CNCD/LGBT	79% dos conselheiros nunca representaram outros setores dentro do CNCD/LGBT, 4% já o fizeram e 17% não responderam à questão
Participação em outros conselhos	59% dos conselheiros atuam ou já atuaram em outro conselho, enquanto 31% responderam que não participam ou participaram de outros conselhos e 10% não responderam à questão

Fonte: Dados da pesquisa.
Elaboração dos autores.

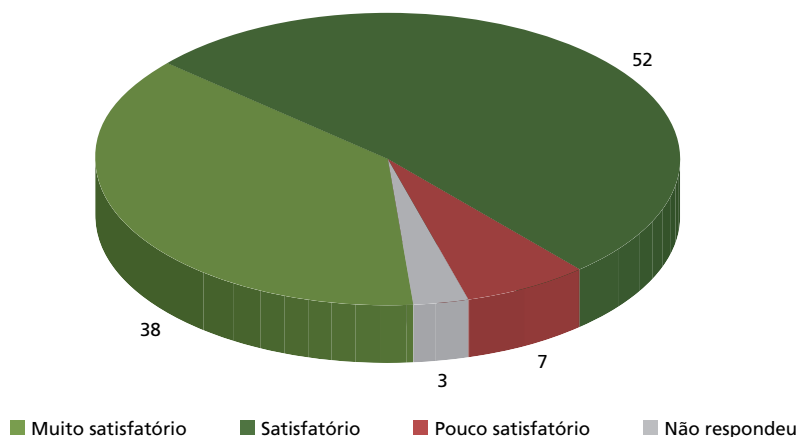
4.2 Bloco 2: atuação dos conselheiros(as)

Este bloco busca captar a percepção dos conselheiros acerca da composição do conselho, da própria atuação como conselheiro, dos interesses que eles entendem defender, da articulação entre setores do conselho e da interação e das formas de comunicação com a base de apoio.³ Os gráficos desta subseção representam o grau de satisfação do conselheiro em relação aos aspectos citados. Cada respondente avalia em uma escala que inclui cinco opções de avaliação: “muito satisfatória”; “satisfatória”; “pouco satisfatória”; “insatisfatória”; e “não sabe/não se aplica”.

3. Considerou-se como “base de apoio” o grupo principal de pessoas representadas pelo(a) conselheiro(a).

4.2.1 Avaliação do número total de conselheiros

GRÁFICO 13
Número total de conselheiros
(Em %)

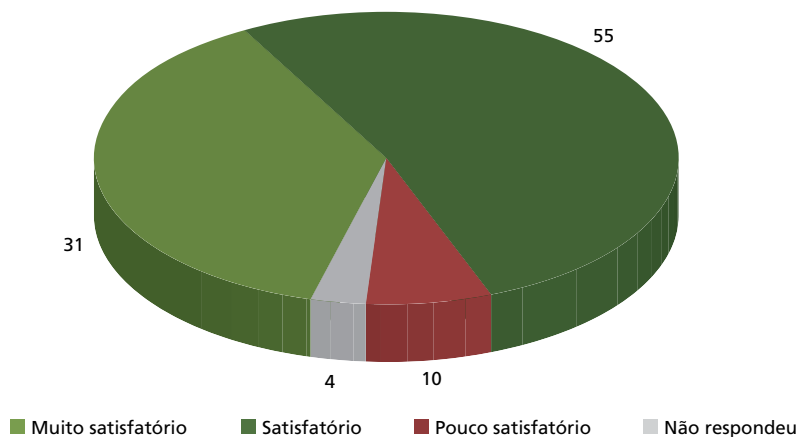


Fonte: Dados da pesquisa.
Elaboração dos autores.

Dos conselheiros do CNCD/LGBT que responderam ao questionário, a maioria considera o número total de conselheiros que compõe o conselho como satisfatório (52%) ou muito satisfatório (38%). Sete por cento dos respondentes consideraram o número de conselheiros pouco satisfatório e 4% optaram por não responder à questão.

4.2.2 Avaliação da diversidade de setores representados

GRÁFICO 14
Diversidade dos setores representados
(Em %)



Fonte: Dados da pesquisa.
Elaboração dos autores.

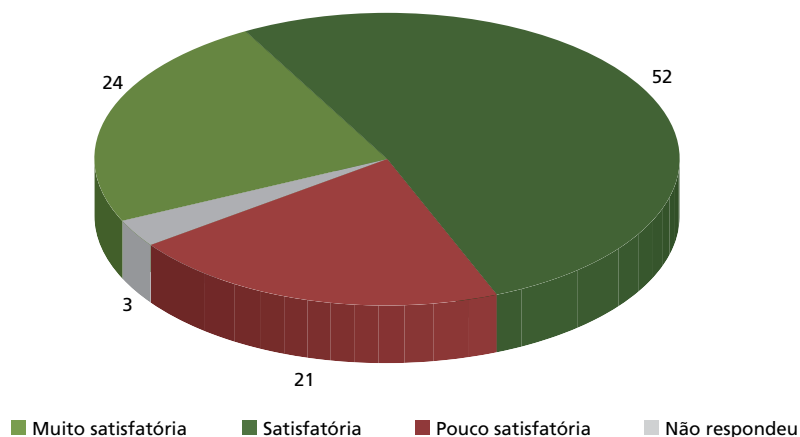
Como é possível observar pelo gráfico 14, a maioria dos conselheiros considera a diversidade de setores satisfatória (55%) ou muito satisfatória (31%). Em contrapartida, 10% dos conselheiros consideram a diversidade interna pouco satisfatória e 4% não responderam à questão.

4.2.3 Avaliação do número de conselheiros em cada setor

GRÁFICO 15

Número de conselheiros em cada setor

(Em %)



Fonte: Dados da pesquisa.

Elaboração dos autores.

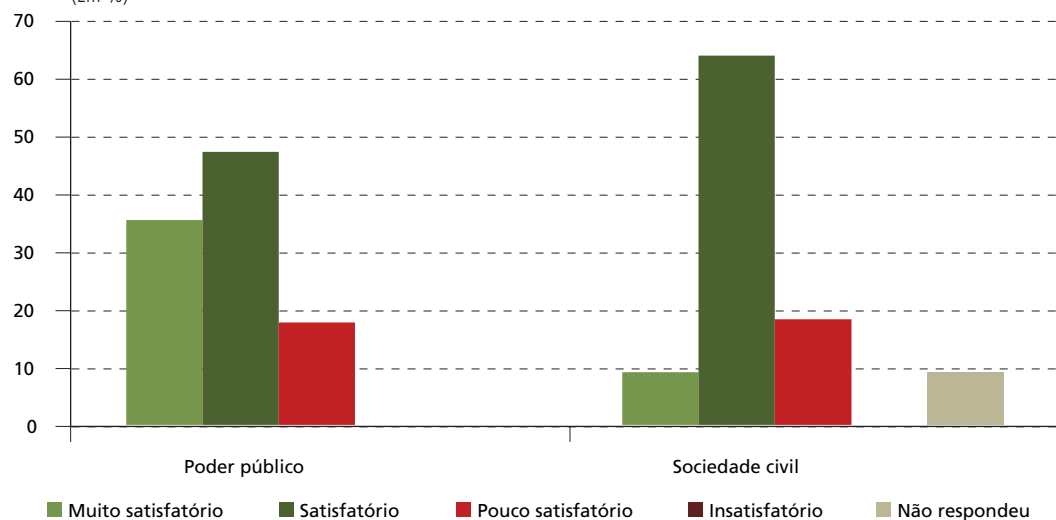
De acordo com o gráfico 15, 52% dos conselheiros consideram satisfatório o número de conselheiros por setor e 24% avaliam-no como muito satisfatório. Vinte e um por cento consideram a divisão da composição por setores como pouco satisfatória e 3% não responderam à questão.

O gráfico 16 permite uma análise mais aprofundada dessa questão, ao mostrar as respostas por segmento. Como é possível perceber, o número de conselheiros por setor da composição do CNCD/LGBT foi bem avaliado pelos dois segmentos. Porém, a maioria dos membros representantes do poder público divide a opinião entre “muito satisfatório” e “satisfatório” e a maior parte dos representantes da sociedade civil considera a divisão da composição por setores apenas satisfatória.

GRÁFICO 16

Avaliação do número de conselheiros em cada setor, por segmento

(Em %)



Fonte: Dados da pesquisa.

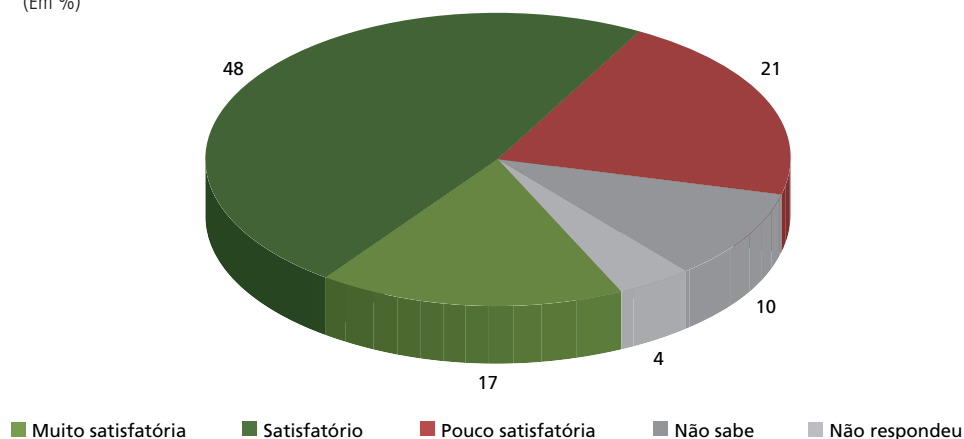
Elaboração dos autores.

4.2.4 Avaliação da forma de escolha das entidades com assento no conselho

GRÁFICO 17

Forma de escolha das entidades com assento no conselho

(Em %)



Fonte: Dados da pesquisa.

Elaboração dos autores.

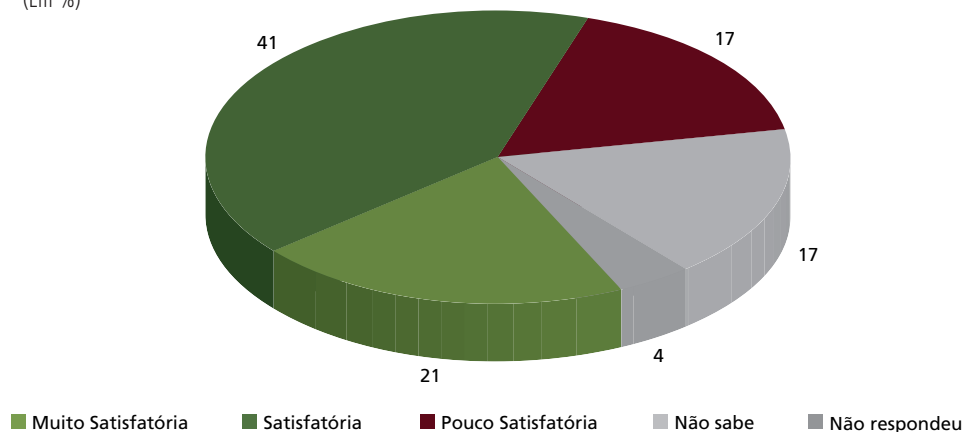
Quarenta e oito por cento dos respondentes consideram a forma de escolha das entidades dentro do conselho satisfatória e 17% avaliam-na como muito satisfatória, ao passo que 21% dizem-se pouco satisfeitos com a forma de escolha das entidades. Dez por cento marcaram a opção “não sabe” e 4% optaram por não responder à questão.

4.2.5 Avaliação da forma de escolha dos conselheiros dentro das entidades

GRÁFICO 18

Forma de escolha dos conselheiros dentro das entidades

(Em %)



Fonte: Dados da pesquisa.

Elaboração dos autores.

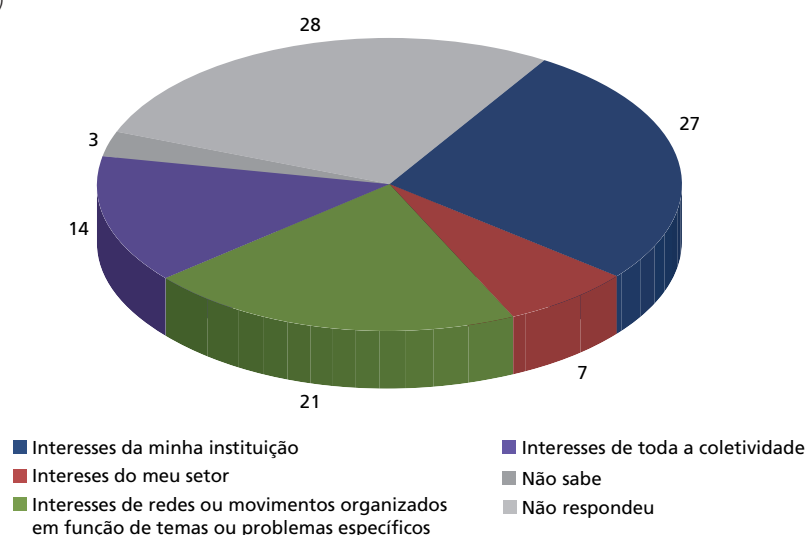
Sessenta e dois por cento do total de conselheiros avaliam como satisfatória (41%) ou muito satisfatória (21%) a forma de escolha dos conselheiros dentro das entidades. Dezesete por cento consideram-na pouco satisfatória e 17% marcaram a opção “não sabe” – o que indica que quantidade considerável ainda desconhece as formas de escolha dos conselheiros adotadas à questão por cada entidade, que podem variar bastante. Quatro por cento não responderam à questão.

4.2.6 Interesses prioritários

A questão sobre interesses prioritários pedia que o conselheiro marcasse, em resposta à questão “na sua atuação no conselho, que interesses você defende prioritariamente?”, uma das seguintes opções: “nenhum interesse específico, sigo apenas as minhas convicções pessoais”; “interesses da minha instituição”; “interesses do meu setor”; “interesses de redes ou movimentos organizados em função de temas ou problemas específicos”; e “interesses de toda a coletividade”. Deveria ser marcada uma opção para o primeiro, outra para o segundo e outra para o terceiro interesse prioritariamente defendido pelo conselheiro.

Consideraram-se, para fins de sistematização, apenas as respostas com uma marcação por prioridade, foram desconsiderados os casos que tiveram mais de uma resposta para cada prioridade, o que aumentou significativamente o número de não respostas para a segunda e a terceira opções. Dessa maneira, optou-se por expor aqui apenas os resultados que refletem os interesses que os conselheiros disseram representar como primeira opção (gráfico 19).

GRÁFICO 19
Interesses prioritários (primeira opção)
(Em %)



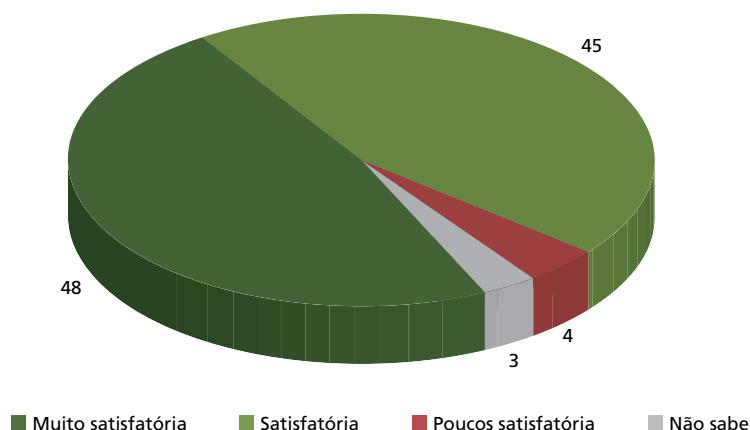
Fonte: Dados da pesquisa.
Elaboração dos autores.

Conforme é possível verificar no gráfico, os interesses considerados como prioridade principal pelos conselheiros são os interesses da sua instituição (27%), dos movimentos organizados (21%), de toda a coletividade (14%) e do seu setor (7%). Três por cento marcaram a opção “não sabe” e 28% não responderam à questão.

4.2.7 Grau de articulação com os setores que compõem o conselho

Os gráficos 20 e 21 referem-se à avaliação do nível de satisfação com o grau de articulação entre os conselheiros e os segmentos que compõem o conselho.

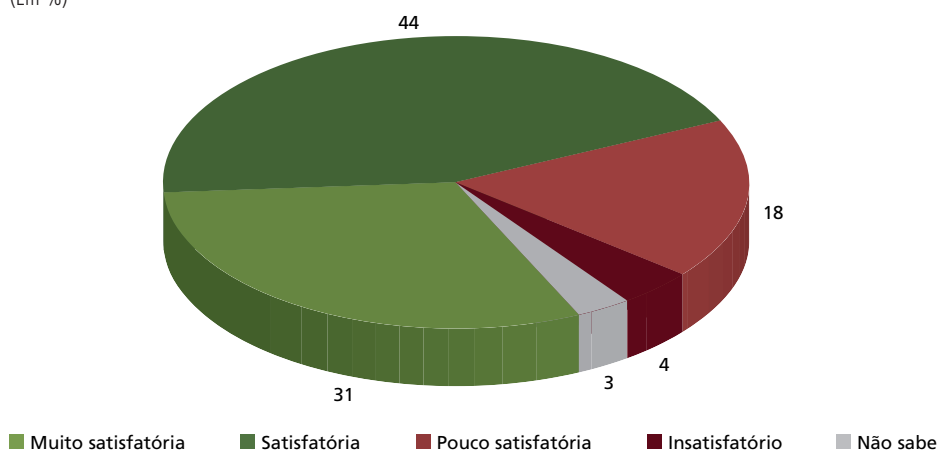
GRÁFICO 20
Grau de articulação dos conselheiros com o poder público
 (Em %)



Fonte: Dados da pesquisa.

Elaboração dos autores.

GRÁFICO 21
Grau de articulação dos conselheiros com a sociedade civil
 (Em %)



Fonte: Dados da pesquisa.

Elaboração dos autores.

É possível verificar que a maior parte dos conselheiros encontra-se satisfeita ou muito satisfeita com o grau de articulação do CNCD/LGBT tanto com o poder público quanto com a sociedade civil. De todo modo, nota-se que existe uma insatisfação no que se refere à articulação com a sociedade civil: 18% dos respondentes mostraram-se pouco satisfeitos e 4% disseram estar insatisfeitos. Três por cento marcaram a opção “não sabe”.

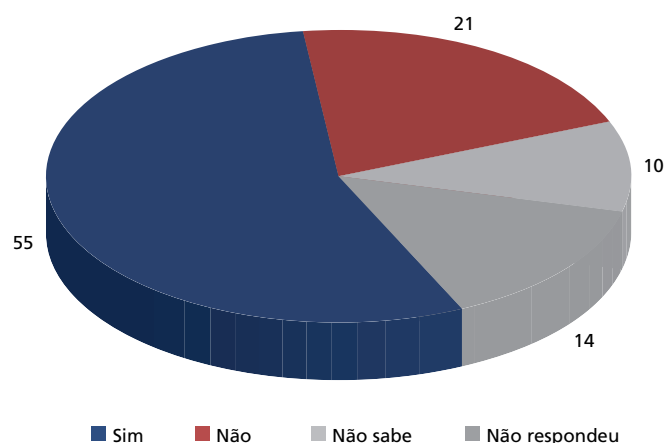
4.2.8 Existência de base de apoio

O questionário abordou um conjunto de questões sobre a presença de base de apoio durante o exercício do mandato dos conselheiros. Neste bloco, como será apresentado a seguir, não foram consideradas as respostas de um conselheiro que não identificou o setor representado.

GRÁFICO 22

Presença de base de apoio no exercício do mandato do conselheiro

(Em %)



Fonte: Dados da pesquisa.

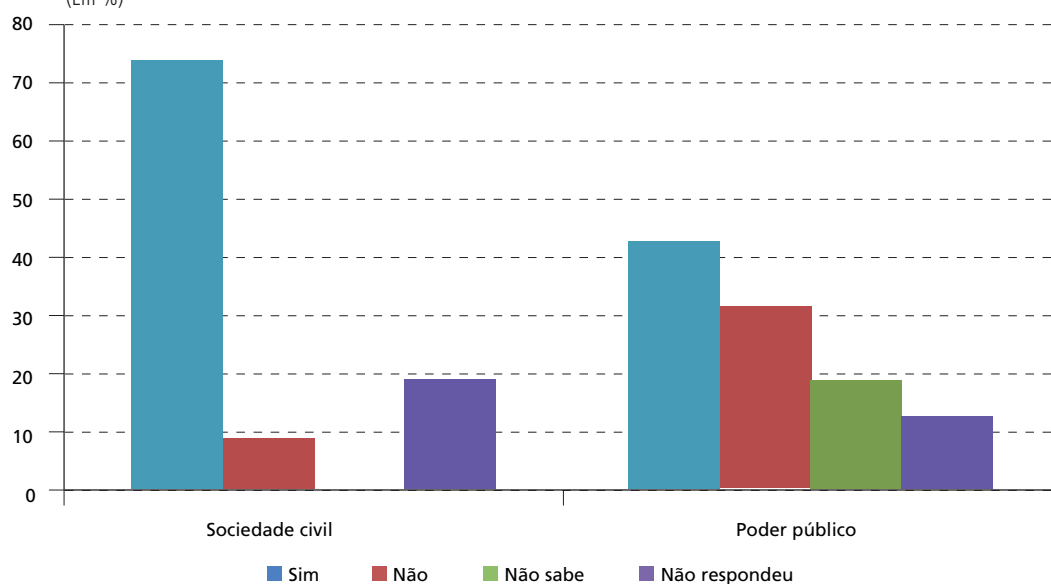
Elaboração dos autores.

Na resposta à questão “no exercício de seu mandato como conselheiro, você tem alguma base de apoio?”, 55% dos conselheiros entrevistados afirmaram possuir base de apoio – ou seja, 16 conselheiros do total de 29 respondentes. Entre os que possuem base de apoio, destacam-se os representantes da sociedade civil: oito dos 11 conselheiros representantes deste segmento declararam possuir base de apoio (73%). Por seu turno, entre os 17 representantes do poder público, sete declararam possuir base de apoio (41%).

GRÁFICO 23

Presença de base de apoio no mandato do conselheiro

(Em %)



Fonte: Dados da pesquisa.

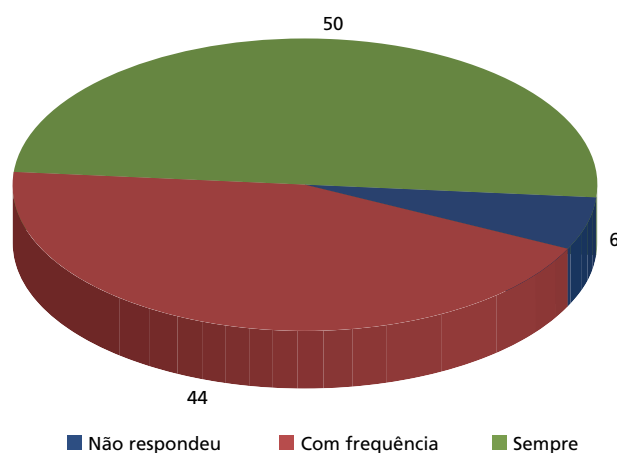
Elaboração dos autores.

4.2.9 Frequência de contato com a base de apoio

GRÁFICO 24

Frequência de contato com a base de apoio

(Em %)



Fonte: Dados da pesquisa.

Elaboração dos autores.

Entre os conselheiros que afirmaram possuir base de apoio, a maioria diz manter contato com sua base com frequência (44%) ou sempre (50%). Apenas 6% não responderam à questão.

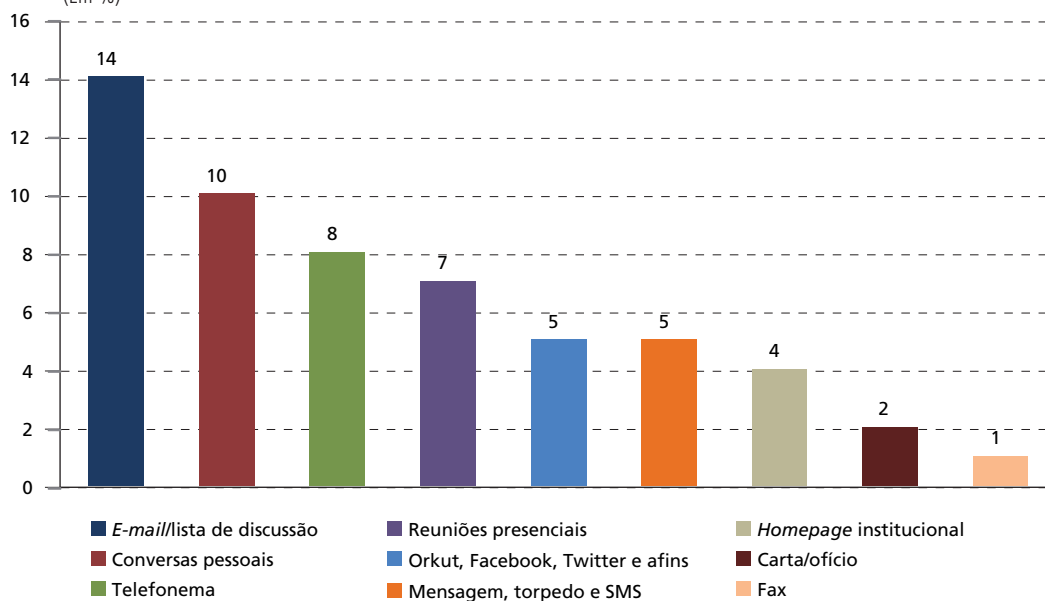
4.2.10 Formas de contato com a base de apoio

As principais formas de contato que os conselheiros do CNCD/LGBT utilizam para se comunicar com suas bases estão representadas no gráfico 25 (por número de respostas). É importante notar que mais de uma resposta era possível.

GRÁFICO 25

Principais formas de contato com a base de apoio

(Em %)



Fonte: Dados da pesquisa.

Elaboração dos autores.

Percebe-se que as formas de contato mais frequentes são trocas de *e-mail* e participação em listas de discussão (14), seguidas de conversas pessoais (10). Telefonema (8), reuniões presenciais (7), Orkut, Facebook e Twiter (5), mensagem ou torpedo (5), *homepage* institucional (4), carta ou ofício (2) e fax (1) também foram citados como meios utilizados pelos conselheiros para entrar em contato com suas respectivas bases de apoio.

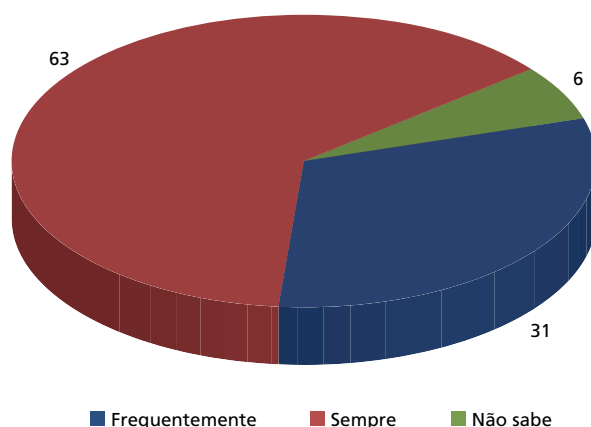
4.2.11 Frequência de consulta à base de apoio

Para definir/sustentar posicionamento no conselho

GRÁFICO 26

Frequência de consulta à base de apoio para definir posicionamento

(Em %)



Fonte: Dados da pesquisa.
Elaboração dos autores.

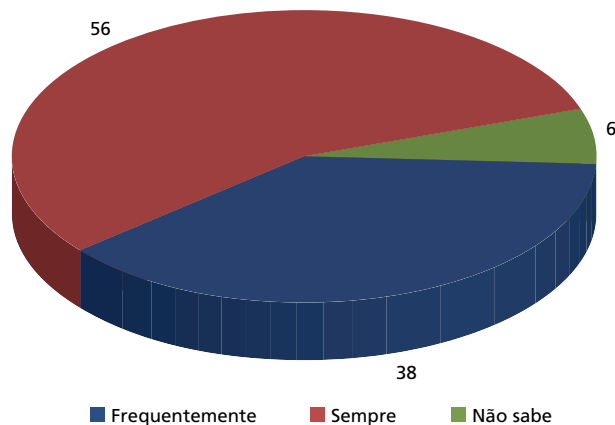
Os conselheiros do CNCD/LGBT, que possuem base de apoio, afirmam, em sua maioria, comunicar-se sempre (63%) ou frequentemente (31%) com suas bases de apoio a fim de definir o posicionamento a ser defendido no conselho. Seis por cento marcaram a opção “não sabe”.

Para relatar debates/deliberações do conselho

GRÁFICO 27

Frequência de consulta à base de apoio para relatar os debates/deliberações do conselho

(Em %)



Fonte: Dados da pesquisa.
Elaboração dos autores.

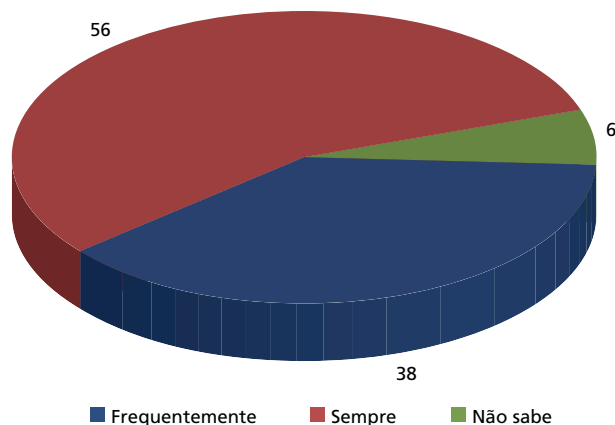
A maioria dos respondentes afirmou que a comunicação com as bases para relatar os debates e as deliberações ocorridos no conselho ocorre sempre (56%) e frequentemente (38%). Seis por cento marcaram a opção “não sabe”.

Para prestar contas sobre a atuação no conselho

GRÁFICO 28

Frequência de consulta à base de apoio para prestar contas sobre atuação no conselho

(Em %)



Fonte: Dados da pesquisa.

Elaboração dos autores.

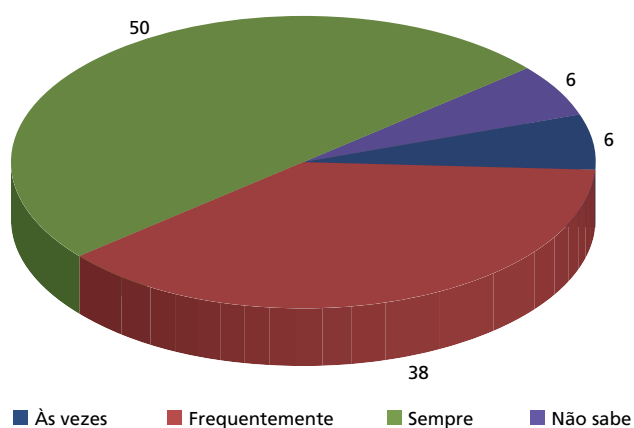
De acordo com o gráfico 28, observa-se que a maioria dos conselheiros declarou consultar a base frequentemente (38%) ou sempre (56%) para prestação de contas. Seis por cento não responderam à questão.

Para construir/fortalecer articulações

GRÁFICO 29

Frequência de consulta à base de apoio para construir/fortalecer articulações

(Em %)



Fonte: Dados da pesquisa.

Elaboração dos autores.

Por fim, no que se refere à comunicação com a base de apoio para construir ou fortalecer articulações, um número elevado de conselheiros disse fazê-lo frequentemente (38%) ou sempre (50%). Seis por cento afirmaram entrar em contato às vezes para este fim e a mesma quantidade marcou a opção “não sabe”.

4.3 Bloco 3: funcionamento do conselho

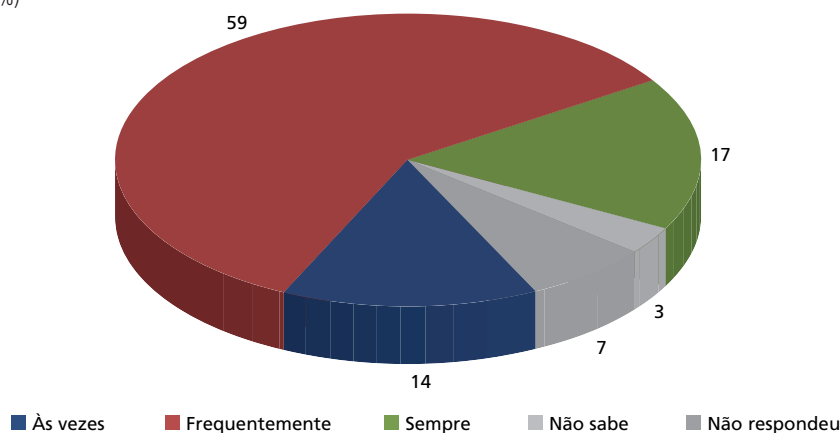
Este bloco apresenta as percepções dos conselheiros acerca de um conjunto de aspectos internos do CNCD/LGBT. Entre eles, destacam-se: a atuação dos conselheiros e as relações e articulações estabelecidas com seus respectivos setores representados; os impactos das ações do CNCD/LGBT sobre a agenda pública e sobre os processos políticos e sociais; e, por fim, a avaliação dos conselheiros sobre as estruturas e o funcionamento do CNCD/LGBT.

4.3.1 Frequência com a qual a atuação dos conselheiros do CNCD/LGBT corresponde aos interesses de seus respectivos setores

GRÁFICO 30

Frequência da correspondência entre a atuação dos conselheiros e os interesses de seu setor

(Em %)



Fonte: Dados da pesquisa.

Elaboração dos autores.

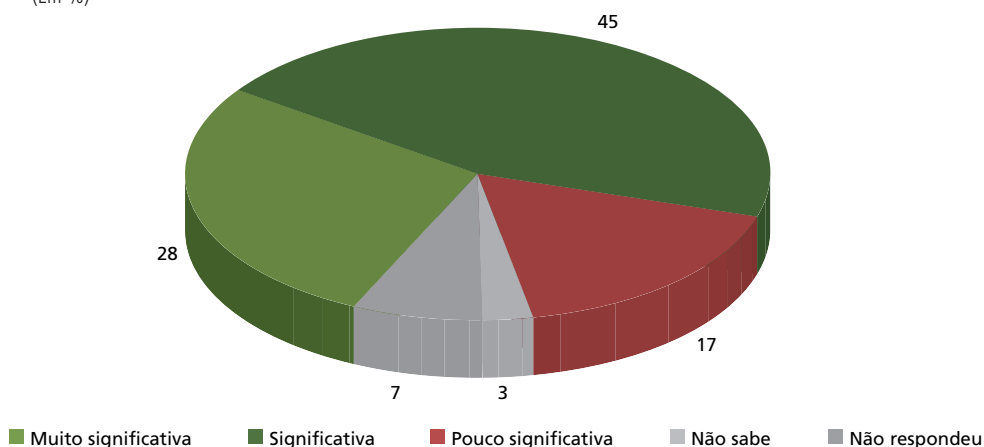
De acordo com o gráfico 30, a maioria dos conselheiros afirmou atuar de forma correspondente aos interesses do seu setor representado frequentemente (59%) ou sempre (17%). Quatorze por cento responderam que às vezes atuam desta maneira, 7% não responderam à questão e 3% marcaram a opção “não sabe”.

4.3.2 Percepção dos conselheiros em relação à influência do conselho

Objetivou obter a opinião dos conselheiros acerca do nível de influência do conselho nas diversas arenas políticas nas quais o CNCD/LGBT poderia intervir de alguma forma, influenciando o processo de formulação e implantação de políticas públicas.

Influência do conselho na agenda do Congresso Nacional

GRÁFICO 31
Influência na agenda do CN
(Em %)

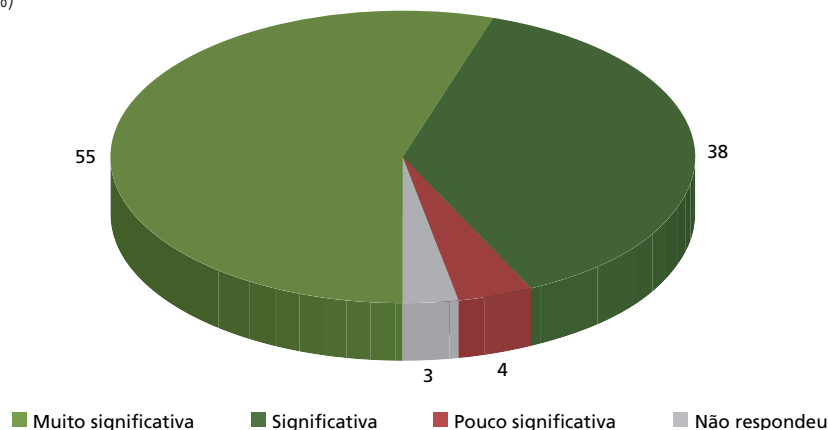


Fonte: Dados da pesquisa.
Elaboração dos autores.

A opinião dos conselhos em torno da influência do CNCD/LGBT sobre a agenda do CN é, de modo geral, positiva. Vinte e oito por cento consideram a influência muito significativa e 45%, significativa. Dezessete por cento consideram que a influência do CNCD/LGBT é pouco significativa. Sete por cento não responderam à questão e 3% escolheram a opção “não sabe”.

Influência do conselho na Secretaria de Direitos Humanos/ Presidência da República

GRÁFICO 32
Influência da atuação do conselho nas políticas públicas da SDH/PR
(Em %)



Fonte: Dados da pesquisa.
Elaboração dos autores.

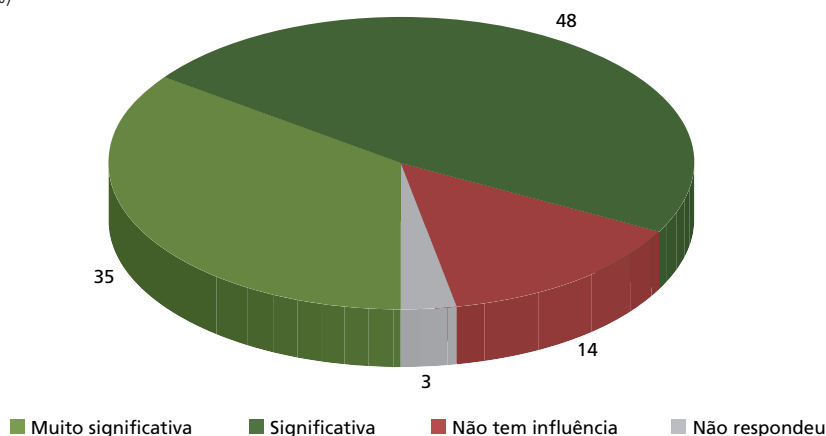
No que se refere à influência sobre as políticas da SDH/PR, órgão ao qual o conselho é vinculado, nota-se que a maioria dos conselheiros acredita que a influência do conselho é significativa (38%) ou muito significativa (55%). Apenas 4% consideraram que a influência é pouco significativa e 3% não responderam à questão.

Influência do conselho nas políticas públicas de outros ministérios com os quais o conselho se relaciona

GRÁFICO 33

Influência da atuação do conselho nas políticas públicas de outros ministérios com os quais o conselho se relaciona

(Em %)



Fonte: Dados da pesquisa.

Elaboração dos autores.

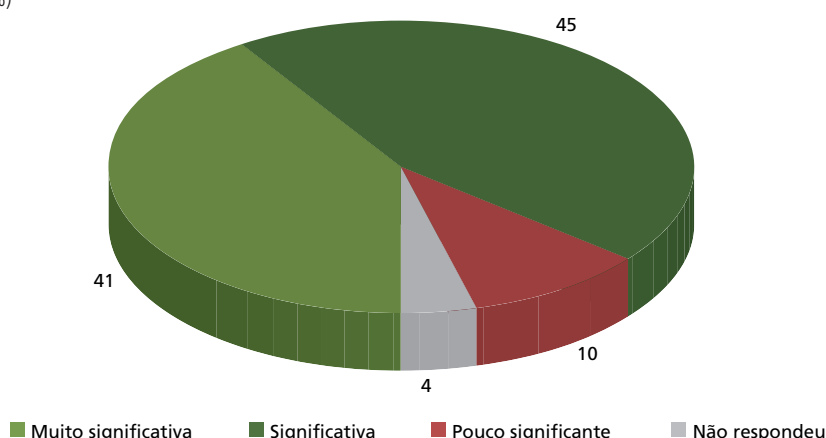
Na avaliação da influência do conselho sobre as políticas de outros ministérios com os quais se articula, percebe-se que a avaliação é menos positiva. Trinta e cinco por cento consideram que a influência do conselho é muito significativa e 48% avaliam-na como significativa. Quatorze por cento entendem que o conselho não tem influência e 3% não responderam à questão.

Influência do conselho nas iniciativas da sociedade civil

GRÁFICO 34

Influência do conselho nas iniciativas da sociedade civil

(Em %)



Fonte: Dados da pesquisa.

Elaboração dos autores.

Quanto à influência do conselho sobre as ações da sociedade civil, a avaliação dos conselheiros é bastante positiva. A maioria considera que a influência do conselho nas

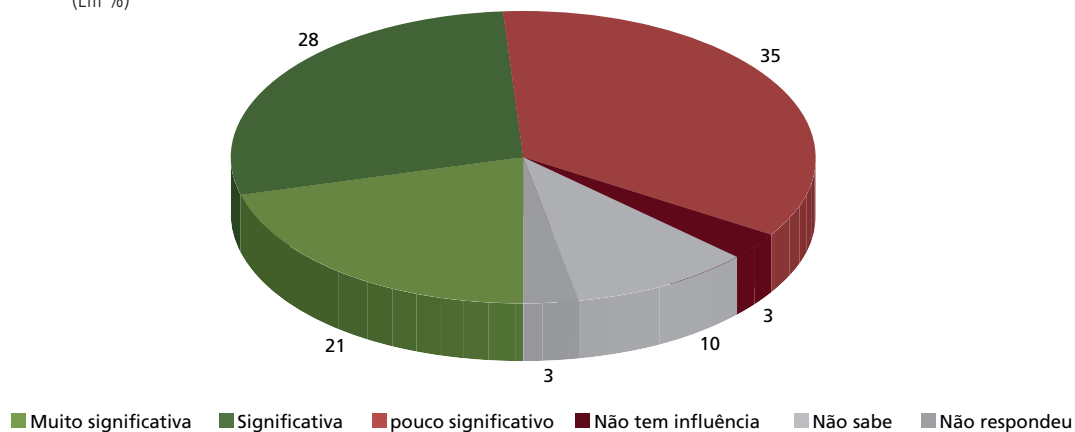
iniciativas da sociedade é muito significativa (41%) ou significativa (45%). Por seu turno, 10% consideram que a influência do conselho é pouco significativa e 4% não responderam à questão.

Influência do conselho nas iniciativas do setor privado

GRÁFICO 35

Influência do conselho nas iniciativas do setor privado

(Em %)



Fonte: Dados da pesquisa.

Elaboração dos autores.

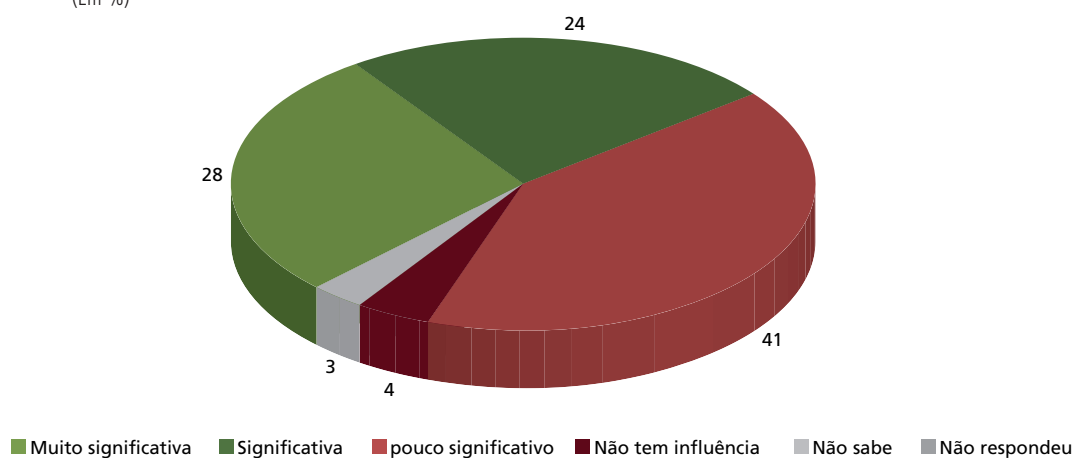
Quando se aborda a influência sobre o setor privado, as avaliações são mais negativas. Trinta e cinco por cento consideram que a influência do conselho é pouco significativa e 3% percebem que o conselho não tem influência nas iniciativas do setor privado. Vinte e oito por cento consideram que a influência é significativa e 21%, muito significativa. Três por cento não responderam à questão e 10% marcaram a opção “não sabe”.

Influência do conselho na percepção da opinião pública sobre o tema

GRÁFICO 36

Influência do conselho na percepção da opinião pública sobre o tema

(Em %)



Fonte: Dados da pesquisa.

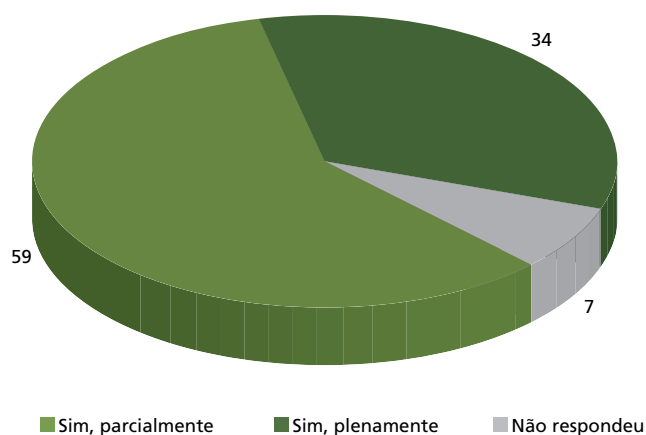
Elaboração dos autores.

Por fim, nota-se que as respostas dos conselheiros avaliam a capacidade de impactar a agenda pública de forma mais negativa, uma vez que 41% dos conselheiros avaliam o impacto como pouco significativo. Vinte e quatro por cento consideram esta influência significativa e 28%, muita significativa. Quatro por cento marcaram a opção “não sabe” e 3% não responderam à questão..

4.3.3 Compreensão dos assuntos tratados no conselho

Pergunta-se desta forma: “em geral, os assuntos tratados no conselho são facilmente compreendidos por todos os conselheiros?”. Esta questão visa aferir a percepção acerca do entendimento dos conselheiros em relação aos assuntos discutidos no conselho. Como respostas possíveis a esta pergunta, havia as opções: “não”; “sim, parcialmente”; e “sim, plenamente”.

GRÁFICO 37
Compreensão dos assuntos tratados no conselho
(Em %)



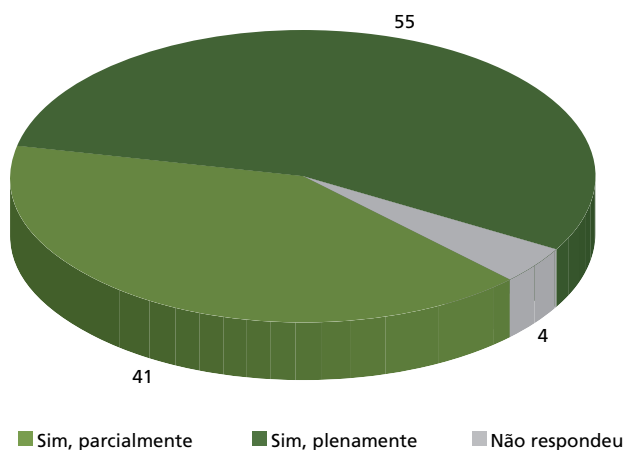
Fonte: Dados da pesquisa.
Elaboração dos autores.

Trinta e quatro por cento dos respondentes acreditam que os conselheiros compreendem plenamente os assuntos tratados no conselho e 59% consideram que a compreensão é parcial. Sete por cento optaram por não responder à questão.

4.3.4 Compreensão da linguagem utilizada nas reuniões do conselho

Perguntou -se se a linguagem utilizada nas reuniões é facilmente compreendida e apropriada por todos os conselheiros. As opções de resposta também foram: “não”; “sim, parcialmente”; e “sim, plenamente”.

GRÁFICO 38
Compreensão da linguagem utilizada nas reuniões
 (Em %)



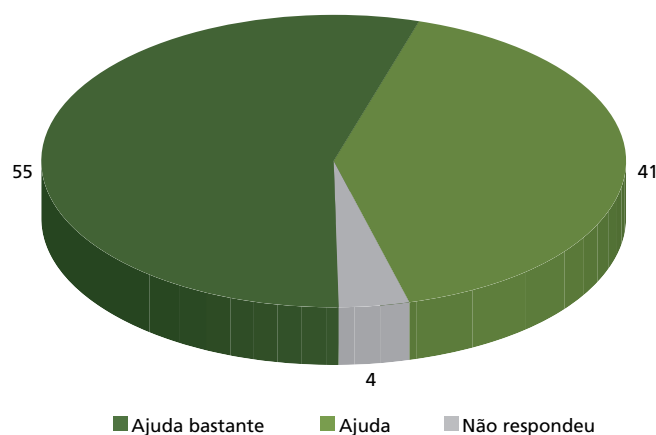
Fonte: Dados da pesquisa.
 Elaboração dos autores.

Quarenta e um por cento dos conselheiros acreditam que a linguagem utilizada é compreendida parcialmente e 55% consideram que a compreensão é plena. Apenas 4% não responderam à questão.

4.3.5 Avaliação da atuação dos setores do conselho

Pediu-se aos conselheiros para avaliar a atuação, dentro do conselho, dos setores que o compõem. O gráfico 40 mostra que a percepção em torno da atuação de representantes do poder público é, sobretudo, positiva. Cinquenta e cinco por cento consideram que o poder público ajuda bastante e 41% avaliam que ele ajuda. Quatro por cento não responderam à questão.

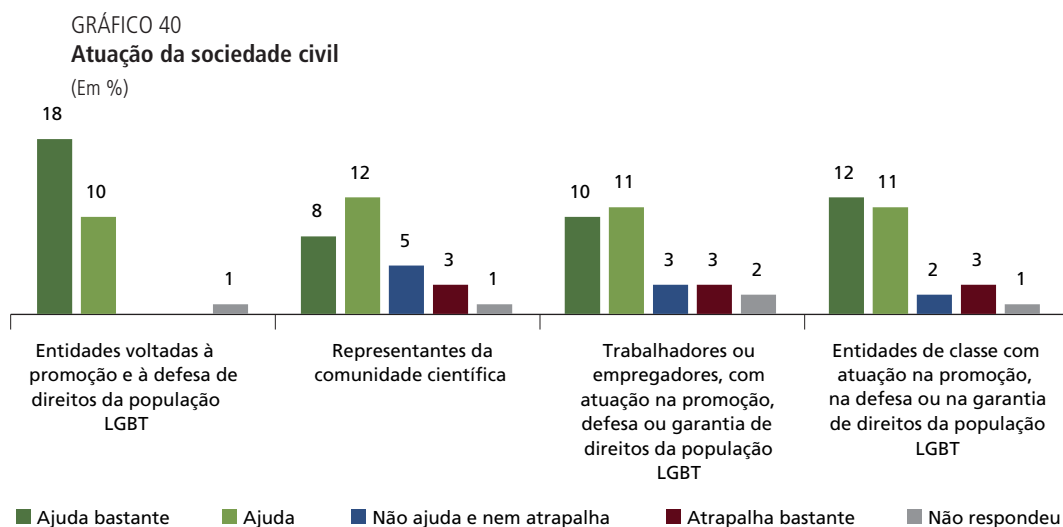
GRÁFICO 39
Atuação do poder público
 (Em %)



Fonte: Dados da pesquisa.
 Elaboração dos autores.

Os conselheiros também avaliam de forma positiva a atuação, dentro do conselho, dos representantes da sociedade civil que o compõem. De modo geral, ora os conselheiros avaliam que a atuação deles ajuda bastante, ora consideram que esta atuação ajuda. O segmento

melhor avaliado, por sua vez, foi o das entidades voltadas à promoção e à defesa dos direitos da população LGBT.



Fonte: Dados da pesquisa.

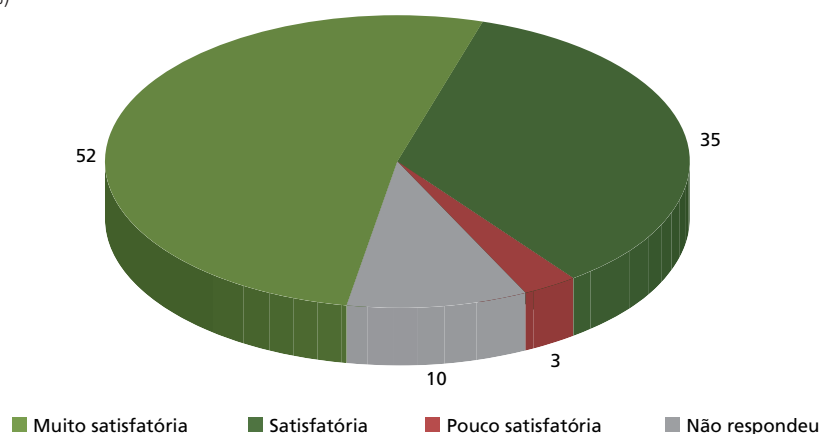
Elaboração dos autores.

4.3.6 Avaliação das estruturas administrativas e organizacionais do conselho

Avaliar-se á o nível de satisfação dos conselheiros com as estruturas administrativas e organizacionais do CNCD/LGBT.

Avaliação da Secretaria Executiva do CNCD/LGBT

GRÁFICO 41
Secretaria Executiva do CNCD/LGBT
(Em %)



Fonte: Dados da pesquisa.

Elaboração dos autores.

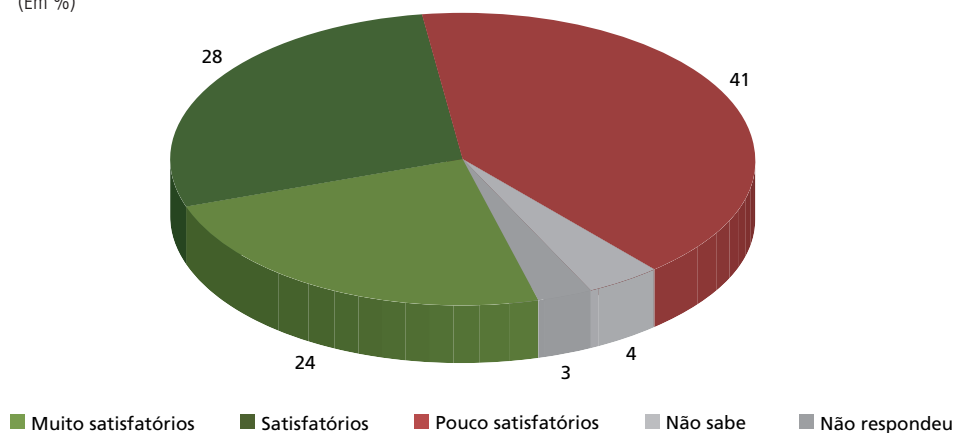
No que concerne ao funcionamento da Secretaria Executiva do CNCD/LGBT, a maioria dos conselheiros acredita que o apoio técnico-administrativo e demais serviços realizados são muito satisfatórios (52%) ou satisfatórios (35%). Três por cento avaliam o trabalho da Secretaria Executiva como pouco satisfatório e 10% não responderam à questão.

Avaliação dos meios de comunicação e divulgação (informes, *website*, publicações)

GRÁFICO 42

Meios de divulgação e comunicação

(Em %)



Fonte: Dados da pesquisa.

Elaboração dos autores.

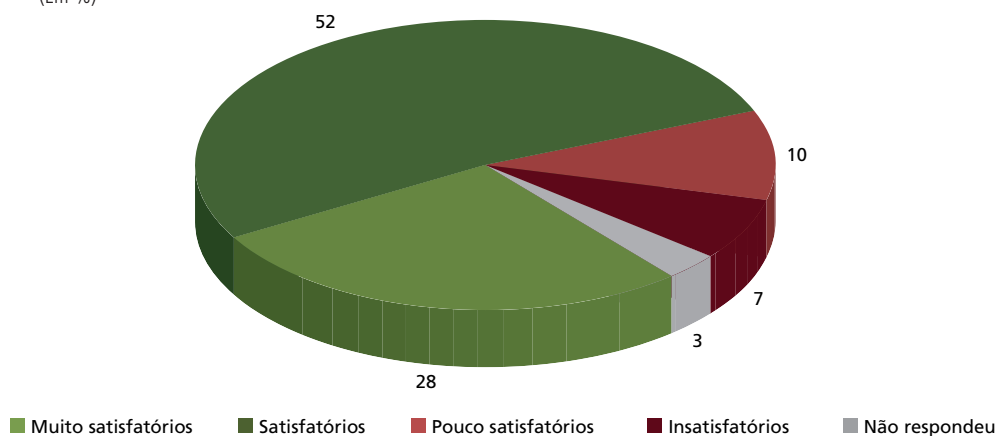
Quanto aos meios de divulgação e comunicação do CNCD/LGBT, parte dos respondentes avalia que os meios são muito satisfatórios (24%) ou satisfatórios (28%). Por seu turno, 41% consideram os meios pouco satisfatórios, 3% optaram por não responder à questão e 4% marcaram a opção “não sabe”.

Avaliação do regimento interno e das resoluções

GRÁFICO 43

Regimento interno e resoluções

(Em %)



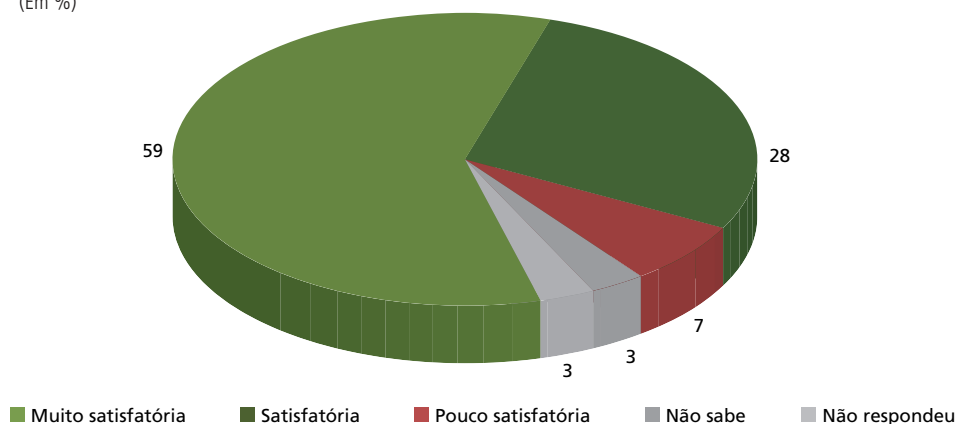
Fonte: Dados da pesquisa.

Elaboração dos autores.

Conforme ilustra o gráfico 44, 52% dos conselheiros consideram as resoluções e o regimento interno do CNCD/LGBT satisfatórios e 28% avaliam-nos como muitos satisfatórios. Por seu turno, 10% consideram-nos pouco satisfatórios; 7%, insatisfatórios; e 3% não responderam à questão.

Avaliação da Presidência do CNCD/LGBT

GRÁFICO 44
Presidência do CNCD/LGBT
(Em %)

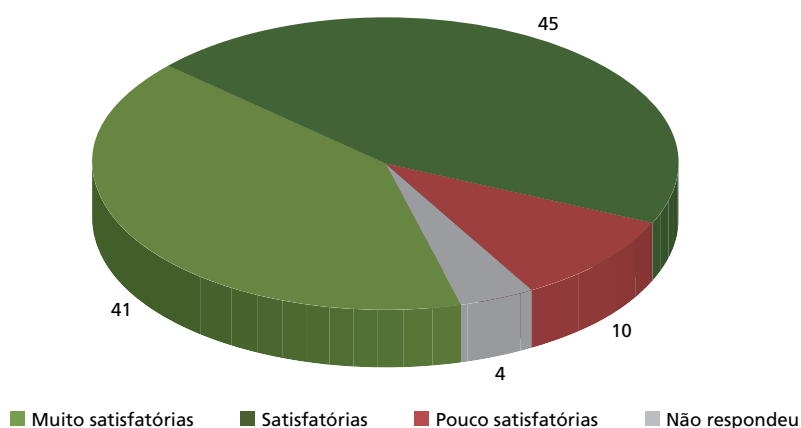


Fonte: Dados da pesquisa.
Elaboração dos autores.

No que se refere à Presidência do CNCD/LGBT, o gráfico 45 mostra uma avaliação bastante positiva de sua atuação, sendo que 59% dos conselheiros consideram-na muito satisfatória e 28% satisfatória. Apenas 7% avaliaram o trabalho da Presidência como pouco satisfatório. Três por cento não responderam à questão e 3% marcaram a opção “não sabe”.

Avaliação das plenárias do conselho

GRÁFICO 45
Plenárias
(Em %)

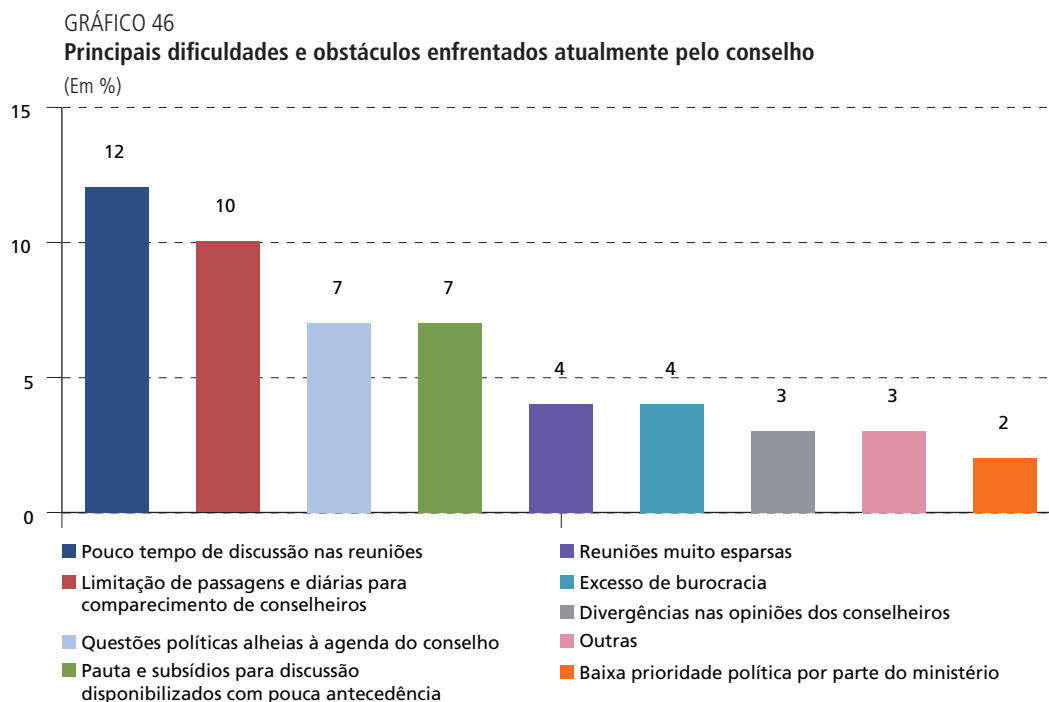


Fonte: Dados da pesquisa.
Elaboração dos autores.

Por fim, coube avaliar o andamento das plenárias do CNCD/LGBT, de acordo com a visão dos conselheiros. Neste caso, a avaliação também foi positiva. A maior parte dos respondentes considerou que a atuação das plenárias é muito satisfatória (41%) ou satisfatória (45%). Apenas 10% consideraram o desempenho das plenárias como pouco satisfatório e 4% não responderam à questão.

4.3.7 Principais dificuldades e obstáculos enfrentados atualmente pelo conselho

Foi pedido aos conselheiros para que identificassem, entre uma lista de categorias previamente organizada, três dificuldades que eles consideram as principais enfrentadas pelo CNCD/LGBT, em relação ao seu funcionamento. O gráfico 46 mostra a frequência de respostas (em números absolutos) para cada categoria.



Fonte: Dados da pesquisa.

Elaboração dos autores.

É possível perceber que as principais dificuldades observadas pelos conselheiros são o fato de o conselho ter pouco tempo para as discussões (12), ter limitação de passagens e diárias para comparecimento de conselheiros (10) e discutir questões alheias a ele próprio (7); e o de as pautas e os subsídios para as discussões serem disponibilizados com pouca antecedência (7). Também foram mencionados como dificuldades enfrentadas pelo CNCD/LGBT o fato de as reuniões serem muito esparsas (4), o excesso de burocracia (4), as divergências de opiniões entre os conselheiros (3) e a baixa prioridade política dada ao conselho pelo governo (2).

5 QUESTÕES ABERTAS

Havia duas questões abertas no questionário. A questão 27 perguntava aos conselheiros quais os principais pontos fortes da atuação do conselho, enquanto a questão 28 buscava obter as opiniões dos conselheiros quanto ao tipo de ações que poderiam ser implantadas para a melhoria da atuação do CNCD/LGBT. Entre os 29 entrevistados, 12 (41,38%) deixaram de responder à questão 27 e 15 (51,72%), à questão 28. De maneira a melhor organizar as respostas, elaborou-se categorias que representam o conteúdo geral destas, permitindo sua sistematização. É importante ter em mente que os conselheiros poderiam apontar mais de um aspecto em suas respostas.

5.1 Pontos fortes do CNCD/LGBT

A primeira questão aberta, sobre quais são os pontos fortes do conselho, resultou nas categorias listadas na tabela 3.

TABELA 3
Pontos fortes do CNCD/LGBT

Pontos fortes	Número de respostas
A capacidade de produzir políticas públicas (propostas e demandas consistentes)	6
A representatividade e a diversidade/pluralidade	3
A presença do governo	3
A articulação e a mobilização entre atores	2
A atuação da Presidência, da Mesa Diretora e da Secretaria-Geral do CNCD/LGBT	2
A organização dos trabalhos	2
A articulação com órgãos públicos federais	2
A integração das políticas	1
A atuação de representantes da sociedade civil	1
A boa estrutura do conselho oferecida pela SDH	1
A dimensão nacional do conselho	1
O conselho é muito novo para ser avaliado	1
Não respondeu	12

Fonte: Dados da pesquisa.

Elaboração dos autores.

Como é possível perceber, a partir do quadro 6, os conselheiros elencam como pontos fortes do conselho aspectos relacionados ao funcionamento do CNCD/LGBT e à atuação de seus membros. Seguindo a percepção positiva em torno do funcionamento do conselho, bem como da participação e da atuação de seus membros, conselheiros salientaram como aspectos positivos: a representatividade diversificada e plural de seus atores (3); a presença e a atuação de representantes do governo (3); a presença e a atuação de membros da sociedade civil (1); e a articulação e a mobilização entre os membros do conselho (2). Também foram mencionados como aspectos relevantes a atuação da Presidência, da Mesa Diretora e da Secretaria-Geral do CNCD/LGBT (2) e a organização dos trabalhos (2).

Outro conjunto de conselheiros assinalou como ponto positivo a atuação do CNCD/LGBT em relação a outros órgãos de política e aos impactos que o conselho gera na produção e na gestão de políticas. A capacidade de produzir políticas públicas, propostas e demandas consistentes em torno da temática foram mencionadas por seis conselheiros, sendo que, entre eles, três destacaram a atuação do conselho no enfrentamento à discriminação e na defesa dos direitos dos LGBT. A articulação com órgãos públicos federais (2) e a integração entre políticas (1) também foram salientadas como questões positivas.

A dimensão nacional do conselho também foi apontada como ponto positivo por um conselheiro, e outro considerou que o CNCD/LGBT é muito novo para ser avaliado.

5.2 Sugestões de melhoria à atuação do CNCD/LGBT

Conforme dito anteriormente, a segunda questão indagava o que poderia ser feito para melhorar a atuação do conselho. As respostas a esta questão foram agrupadas nas categorias listadas na tabela 4.

TABELA 4
Sugestões de melhoria na atuação do CNCD/LGBT

Sugestões de melhoria	Número de respostas
Modificações nas regras do conselho	4
Aperfeiçoamento de reuniões e questões administrativas e otimização das atividades estruturais e do desempenho das funções do conselho	3
Publicidade ao trabalho do conselho	2
Condições estruturais e financeiras para a atuação dos conselheiros	2
Criar conselhos municipais e estaduais	1
O conselho é muito novo para ser avaliado	1
Não existe aspecto a ser melhorado	1
Não respondeu	15

Fonte: Dados da pesquisa.

Elaboração dos autores.

Um conjunto de conselheiros apontou que aspectos relacionados ao funcionamento interno do conselho precisam ser melhorados. Para quatro membros deste grupo, é preciso modificar algumas regras do conselho relacionadas à representação. Três conselheiros assinalaram que é preciso mudar a proporcionalidade da composição, a qual deve equilibrar melhor os segmentos, sendo que um deles sugeriu que a proporcionalidade seja baseada na organização regional do país. Outro conselheiro apenas apontou que é preciso modificar o número de cadeiras do CNCD/LGBT, sem fazer nenhuma observação sobre a proporcionalidade da composição entre os segmentos.

Três conselheiros assinalaram a necessidade de aperfeiçoar aspectos das reuniões, da administração e da estrutura do CNCD/LGBT. Um sugeriu a abertura das reuniões para observadores e a reorganização da relatoria. Estabelecer uma discussão prévia entre os conselheiros para que as reuniões se tornem mais produtivas e objetivas e aprimorar a Secretaria do CNCD/LGBT também foram pontos levantados pelos conselheiros.

Mencionou-se ainda que a oferta de condições estruturais e financeiras para a atuação dos conselheiros (2) e a publicidade dada aos trabalhos do conselho (2) precisam de aperfeiçoamento. Um conselheiro afirmou que a criação de conselhos municipais e estaduais pode melhorar a atuação do próprio CNCD/LGBT. Por fim, um respondente considera o conselho novo para ser avaliado e outro entende que não existem aspectos para melhorar, uma vez que o conselho tem funcionado bem.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: QUESTÕES PARA DEBATE

A partir da sistematização das respostas dos conselheiros, foi possível traçar o perfil desses representantes, bem como verificar suas percepções acerca da forma de atuação, avaliação da do trabalho do conselho e da influência do conselho nas políticas públicas. Os principais resultados obtidos foram aqui apresentados, assim como alguns tópicos para debate e reflexão a respeito do funcionamento do conselho. Tais reflexões têm o intuito de auxiliar o conselho na busca conjunta de caminhos para a melhoria de seu processo decisório e para uma melhor articulação do CNCD/LGBT com demais conselhos, instâncias governamentais e entidades da sociedade civil.

É importante ressaltar o que foi explicitamente considerado como positivo pela maioria dos conselheiros e que pode servir como exemplo de boas práticas, tanto para os conselhos estaduais e municipais da assistência social, como para os conselhos nacionais de outras áreas de política pública. Trata-se, também, dos aspectos que precisam ser aprimorados, segundo as respostas dadas pelos conselheiros.

Alguns aspectos merecem destaque no que se refere às avaliações positivas por parte dos conselheiros. São eles: o número de conselheiros que compõem o CNCD/LGBT e a diversidade dos mesmos; a articulação do conselho com membros do poder público e da sociedade civil; e a atuação de atores desses dois segmentos dentro do próprio conselho. Além disso, as estruturas internas do CNCD/LGBT foram bem avaliadas pelos seus membros. São elas: a Secretaria Executiva, a Presidência e as plenárias.

De forma positiva, os conselheiros que participaram da pesquisa também mencionaram que percebem o CNCD/LGBT como um espaço de debate e decisões capaz de influenciar na agenda do CN, da SDH, de outros ministérios correlacionados e da sociedade. Por seu turno, a influência foi considerada menos significativa em relação à agenda do setor privado e da opinião pública.

Outros aspectos foram apontados como positivos pelos conselheiros. Quando questionados sobre os pontos fortes do CNCD/LGBT, os conselheiros destacaram aspectos positivos em torno do funcionamento do conselho e da participação e atuação de seus membros, assim como salientaram que o conselho tem atuado de forma positiva na produção de políticas públicas, propostas e demandas consistentes em torno da temática, no enfrentamento à discriminação e na defesa dos direitos dos LGBT.

Em relação às dificuldades enfrentadas pelo conselho, as questões indicadas pelos integrantes do CNCD/LGBT foram: pouco tempo para as discussões; limitação de passagens e diárias para comparecimento de conselheiros; discussão de questões alheias à temática do conselho; e pouca antecedência na disponibilização de pautas e subsídios para as discussões.

Os conselheiros foram questionados sobre sugestões de melhoria no processo participativo do CNCD/LGBT, podendo escrever livremente sobre o assunto. Sugere-se que o CNCD/LGBT aprofunde o debate sobre tais questões, na medida em que estas têm o potencial de aperfeiçoar o processo decisório do conselho e podem ser, além disso, questões importantes para futuros estudos.

- 1) Melhoria de aspectos relacionados ao funcionamento do conselho: dinâmica de reuniões, questões administrativas e regras de funcionamento. Os conselheiros apresentaram um conjunto de demandas em torno do aperfeiçoamento do funcionamento do conselho. Eles apontaram que é preciso aperfeiçoar aspectos das reuniões, da administração e da estrutura do CNCD/LGBT, dando destaque à necessidade das reuniões serem abertas a observadores e da relatoria ser aprimorada. Para que as reuniões sejam mais produtivas e objetivas, foi apontada a necessidade de realização de uma discussão prévia entre os conselheiros, via *e-mail* ou outras formas de comunicação. Para eles, as reuniões são mais produtivas quando os conselheiros estão mais informados e as reuniões são mais objetivas e focadas no tema. Para atender a estas demandas, a agenda de trabalho do conselho

pode ser construída e divulgada com auxílio de uma estratégia democrática, na qual os próprios conselheiros proponham prioridades do conselho para médio e longo prazos, a partir de debates contínuos.

- 2) Analisar possibilidade de modificação das regras de composição do conselho. Os conselheiros também citaram a necessidade de mudança nas regras referentes à composição do CNCD/LGBT. Alguns mencionaram a necessidade de reformular a proporcionalidade entre os segmentos e o número de assentos disponíveis atualmente. Debates internos podem ajudar na consolidação das regras de composição do conselho, uma vez que o mesmo é novo e ainda está em construção. A revisão das regras de composição do conselho, assim como uma maior divulgação à época do processo de escolha das entidades, pode auxiliar na formação de uma composição mais diversificada e, possivelmente, mais inclusiva e representativa.
- 3) Melhoria das condições estruturais e financeiras para a atuação dos conselheiros e do próprio CNCD/LGBT. Os conselheiros também apresentaram a necessidade de mudança nas condições estruturais e financeiras para a atuação dos conselheiros. Segundo os participantes da pesquisa, o conselho e seus membros precisam encontrar condições favoráveis para uma boa atuação. Foram demandadas condições estruturais e financeiras para a atuação dos conselheiros e a melhoria na publicidade dada aos trabalhos do conselho. Um conselheiro também afirmou que a criação de conselhos municipais e estaduais pode melhorar a atuação do próprio CNCD/LGBT.

Por fim, ressalte-se que as questões para debate aqui apresentadas serão aprofundadas na segunda etapa da pesquisa, que irá analisar, de forma conjunta, as informações obtidas neste e nos demais relatórios (relativos ao conjunto dos 23 conselhos e das três comissões nacionais analisados). O Ipea agradece a colaboração dos conselheiros nesta primeira etapa e aceita sugestões para a continuação do trabalho, na tentativa de contribuir com o fortalecimento da democracia, do controle social e da participação da sociedade nas políticas públicas brasileiras.

REFERÊNCIAS

- AVRITZER, L. Orçamento participativo: as experiências de Porto Alegre e Belo Horizonte. *In*: DAGNINO, L. (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- AVRITZER, L.; PEREIRA, M. L. D. Democracia, participação e instituições híbridas. **Teoria e Sociedade**: instituições híbridas e participação no Brasil e na França, 2005, p. 16-41.
- BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. **Lista de composição do CNCD/LGBT**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.gov.br/conselho/cncd/composicao-do-cncd-lgbt>>.
- _____. Congresso Nacional. **A mulher na Câmara dos Deputados**. 2011a. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/documentos-e-pesquisa/fiquePorDentro/temas/mulheresnopolamento/bancada-feminina>>.
- _____. _____. **Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Apresentação e histórico. 2011b. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.gov.br/conselho/cncd>>.
- DAGNINO, E. Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. *In*: DAGNINO, E. (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Características étnico-raciais da população**: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça. 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/PCERP2008.pdf>.

_____. **Síntese de indicadores sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira. 2010a. Disponível em: <http://ibge/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsociais2010/SIS_2010.pdf>.

_____. **POF 2008/2009 mostra desigualdades e transformações no orçamento das famílias brasileiras.** 2010b.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Brasil em desenvolvimento:** Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2010.

MEDEIROS, C. B. A luta pelos direitos e a participação nos conselhos. **Revista Virtual de Gestão de Iniciativas Sociais**, Rio de Janeiro, 2004.

RODRIGUES, M. L. A.; GOMES, V. S. G. **Curso de Formação de Conselheiros em Direitos Humanos.** abr./jul. 2006. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/dh/cc/a_pdf/modulo3-tema4-aula6.pdf>.

SCHWARTZMAN, S. **Cor, raça, discriminação e identidade social no Brasil.** 1998. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/cor.htm>>. Acesso em: 8 ago. 2011.

TATAGIBA, L. Os conselhos gestores e a democratização das políticas no Brasil. *In*: DAGNINO, E. (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

APÊNDICE – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS CONSELHEIROS**Observação para facilitar o preenchimento:**

Sector – considere o termo “setor” como sendo aquele estabelecido para fins de composição deste conselho: representantes do poder público e da sociedade civil.

Base de apoio – considere como “base de apoio” o grupo principal de pessoas representadas pelo(a) conselheiro(a).

BLOCO I – CARACTERIZAÇÃO DO(A) ENTREVISTADO(A)**1) Sexo:**

1. () Masculino

2. () Feminino

2) Cor/raça (marque apenas uma alternativa):

1. () branca

2. () preta

3. () amarela

4. () parda

5. () indígena

3) Escolaridade:

1. () Ensino fundamental

2. () Ensino médio

3. () Superior incompleto

4. () Superior completo

5. () Especialização

6. () Mestrado incompleto

7. () Mestrado completo

8. () Doutorado incompleto

9. () Doutorado completo

4) Qual sua religião ou culto? _____**5) Faixa Etária:**

1. () até 20 anos

2. () de 21 a 30 anos

3. () de 31 a 40 anos

4. () de 41 a 60 anos

5. () mais de 60 anos

6) Renda Familiar Mensal (Média)

1. () Abaixo de R\$ 500,00

2. () De R\$ 500,00 até 1.500,00

3. () De R\$ 1.501,00 até 2.500,00

4. () De R\$ 2.501,00 até 4.000,00

5. () De R\$ 4.001,00 a 8.000,00

6. () De R\$ 8.001,00 a 12.000,00

7. () Acima de R\$ 12.001,00

8. () Não sabe

7) Município/UF de residência: _____**8) Situação no Conselho**

1. () Titular

2. () Suplente

3. () Não sabe

4. () Outros

9) Setor de representação a que pertence:

1. () Poder público 2. () Sociedade civil

10) Há quanto tempo é conselheiro(a) deste Conselho? (tempo efetivo de exercício como titular ou suplente, ininterrupto ou intercalado).

1. () Menos de 1 ano 2. () De 1 a 3 anos 3. () De 4 a 6 anos
4. () De 7 a 10 anos 5. () Mais de 10 anos 6. () Não sabe/não se aplica

11) No seu período neste conselho, já representou outros setores?

1. () Não.
2. () Sim. **Quais? (Pode-se marcar mais de uma opção):**
- () Poder público () Sociedade civil

12) Além deste Conselho, você é ou foi conselheiro(a) de outros conselhos nacionais, estaduais ou municipais de políticas públicas?

1. () Não
2. () Sim, mas atualmente sou conselheiro(a) apenas deste conselho
3. () Sim. Sou conselheiro(a) de outros conselhos.

Quais? (Pode-se marcar mais de uma opção):

1. () Conselhos nacionais
2. () Conselhos estaduais
3. () Conselhos municipais/locais

BLOCO II – ATUAÇÃO DOS(AS) CONSELHEIROS(AS)

13) Como você considera a composição do Conselho em relação a cada um dos itens abaixo?

	Muito satisfatória	Satisfatória	Pouco Satisfatória	Insatisfa- tória	Não sabe/ não se aplica
1. Número total de conselheiros(as)	()	()	()	()	()
2. Diversidade de setores representados	()	()	()	()	()
3. Número de conselheiros em cada setor	()	()	()	()	()
4. Forma de escolha das entida- des com assento no Conselho	()	()	()	()	()
5. Forma de escolha dos con- selheiros dentro das entidades	()	()	()	()	()

14) Na sua atuação no Conselho, que interesses você defende *prioritariamente*?

Assinale suas três opções, em ordem de relevância, indicando com um “X” sua 1ª, 2ª e 3ª opção para os itens abaixo:

	1ª opção	2ª opção	3ª opção
1. Nenhum interesse específico, sigo apenas as minhas convicções pessoais	()	()	()
2. Interesses da minha instituição	()	()	()
3. Interesses do meu setor	()	()	()
4. Interesses de redes ou movimentos organizados em função de temas ou problemas específicos	()	()	()
5. Interesses de toda a coletividade	()	()	()
6. Não sabe	()	()	()
7. Outros _____	()	()	()

15) Avalie o seu grau de articulação com os demais setores do Conselho, segundo a tabela abaixo (marque com um “X” a coluna correspondente a cada setor):

	Muito satisfatória	Satisfatória	Pouco satisfatória	Insatisfatória	Não sabe/ não se aplica
1. Poder público	()	()	()	()	()
2. Sociedade civil	()	()	()	()	()

16) No exercício do seu mandato como conselheiro(a) você tem alguma base de apoio?

1. () Sim. Qual(is) _____
2. () Não
3. () Não sabe

17) Com que frequência você mantém contato com sua(s) base(s) de apoio?

1. () Não tenho base de apoio
2. () Nunca
3. () Raramente
4. () Às vezes
5. () Com frequência
6. () Sempre
7. () Não sabe

18) Quais as principais formas de contato com a sua base de apoio (marque as 3 principais)?

1. () Não tenho base de apoio
2. () Telefonema
3. () E-mail/lista de discussão
4. () Reuniões presenciais
5. () Conversas pessoais
6. () Orkut, Facebook, Twitter e afins
7. () Homepage institucional
8. () Carta/ofício
9. () Fax
10. () Mensagem (torpedo/SMS)
11. () Não sabe
12. () Outra: _____

19) Com que frequência você consulta sua base de apoio para:

I – Definir/sustentar posicionamento no Conselho:

- | | | |
|-----------------------|------------------|-------------------------------|
| 1. () Nunca | 2. () Raramente | 3. () Às vezes |
| 4. () Frequentemente | 5. () Sempre | 6. () Não sabe/não se aplica |

II – Relatar os debates/deliberações do Conselho:

- | | | |
|-----------------------|------------------|-------------------------------|
| 1. () Nunca | 2. () Raramente | 3. () Às vezes |
| 4. () Frequentemente | 5. () Sempre | 6. () Não sabe/não se aplica |

III – Prestar contas sobre a sua atuação no Conselho:

- | | | |
|-----------------------|------------------|-------------------------------|
| 1. () Nunca | 2. () Raramente | 3. () Às vezes |
| 4. () Frequentemente | 5. () Sempre | 6. () Não sabe/não se aplica |

IV – Construir/fortalecer articulações:

- | | | |
|-----------------------|------------------|-------------------------------|
| 1. () Nunca | 2. () Raramente | 3. () Às vezes |
| 4. () Frequentemente | 5. () Sempre | 6. () Não sabe/não se aplica |

BLOCO III – FUNCIONAMENTO DO CONSELHO

20) Para você, com que frequência a atuação dos(as) conselheiros(as) corresponde aos interesses de seus respectivos setores?

- | | | |
|-----------------------|------------------|-------------------------------|
| 1. () Nunca | 2. () Raramente | 3. () Às vezes |
| 4. () Frequentemente | 5. () Sempre | 6. () Não sabe/não se aplica |

21) Avalie a influência da atuação do Conselho em relação a:

	Muito significativa	Significativa	Pouco significativa	Não tem influência	Não sabe
1. Agenda do Congresso	()	()	()	()	()
2. Políticas públicas da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	()	()	()	()	()
3. Políticas públicas de outros ministérios com os quais o conselho se relaciona	()	()	()	()	()
4. Iniciativas da sociedade civil	()	()	()	()	()
5. Iniciativas do setor produtivo	()	()	()	()	()
6. Percepção da opinião pública sobre o tema	()	()	()	()	()

22) Em geral, os assuntos tratados no Conselho são facilmente compreendidos por todos os(as) conselheiros(as)?

- | | | |
|------------|--------------------------|------------------------|
| 1. () Não | 2. () Sim, parcialmente | 3. () Sim, plenamente |
|------------|--------------------------|------------------------|

23) A linguagem utilizada nas reuniões é facilmente compreendida e apropriada por todos os conselheiros?

1. () Não 2. () Sim, parcialmente 3. () Sim, plenamente

24) Em geral, como você avalia o papel dos setores abaixo na atuação do Conselho (marque com um “X” a coluna correspondente a cada setor)?

	Ajuda bastante	Ajuda	Não ajuda nem atrapalha	Atrapalha	Atrapalha bastante	Não sabe/ não se aplica
1. Poder público	()	()	()	()	()	()
2. Sociedade civil	()	()	()	()	()	()

25) Avalie as seguintes estruturas administrativas e organizacionais do Conselho (marque com um “X” a coluna correspondente a cada setor/segmento):

	Muito satisfatória	Satisfatória	Pouco satisfatória	Insatisfatória	Não sabe/ não se aplica
1. Secretaria Executiva	()	()	()	()	()
2. Meios de comunicação e divulgação (informes, página eletrônica, publicações)	()	()	()	()	()
3. Regimento interno e Resoluções	()	()	()	()	()
4. Presidência	()	()	()	()	()
5. Plenária	()	()	()	()	()
6. Comissões Temáticas	()	()	()	()	()

26) Na sua opinião, quais são as principais dificuldades e obstáculos enfrentados atualmente pelo Conselho (marque no máximo 3 alternativas)?

1. () Pouco tempo de discussão nas reuniões
2. () Reuniões muito esparsas
3. () Excesso de reuniões
4. () Pauta e subsídios para discussão disponibilizados com pouca antecedência
5. () Carência de estrutura (salas, espaço físico e equipamentos)
6. () Questões políticas alheias à agenda do Conselho
7. () Excesso de burocracia
8. () Divergência nas opiniões dos conselheiros
9. () Baixa prioridade política por parte da Secretaria-Geral da Presidência da República
10. () Limitação de passagens e diárias para comparecimento de conselheiros
11. () O mandato de conselheiro(a) não é remunerado pelo governo
12. () Outras _____

27) Quais os principais pontos fortes na atuação do Conselho?

28) O que poderia ser feito para melhorar a atuação do Conselho?

Muito Obrigado!

29) Espaço destinado para considerações adicionais, bem como críticas e sugestões sobre este questionário.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Everson da Silva Moura

Marco Aurélio Dias Pires

Revisão

Andressa Vieira Bueno

Laetícia Jensen Eble

Luciana Dias Jabbour

Olavo Mesquita de Carvalho

Reginaldo da Silva Domingos

Celma Tavares de Oliveira (estagiária)

Patrícia Firmina de Oliveira Figueiredo (estagiária)

Editoração

Aline Rodrigues Lima

Andrey Tomimatsu

Danilo Leite de Macedo Tavares

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Daniella Silva Nogueira (estagiária)

Leonardo Hideki Higa (estagiário)

Capa

Andrey Tomimatsu

Livraria

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo

70076-900 – Brasília – DF

Tel.: (61) 3315 5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Missão do Ipea

Produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

SAE
SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria-Geral da
Presidência da República